

A Doutrina da Justificação

Arthur W. Pink



Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto

Conteúdo

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1 - SEU SIGNIFICADO	8
CAPÍTULO 2 - SEU PROBLEMA	13
CAPÍTULO 3 - SUA BASE	18
CAPÍTULO 4 - SUA NATUREZA	23
CAPÍTULO 5 - SUA ORIGEM.....	29
CAPÍTULO 6 - SEUS OBJETOS	34
CAPÍTULO 7 - SEUS INSTRUMENTOS	39
CAPÍTULO 8 - SUA EVIDÊNCIA	45
CAPÍTULO 9 - SEUS RESULTADOS	50
UMA BREVE BIOGRAFIA	55

INTRODUÇÃO

Nosso primeiro pensamento foi dedicar um capítulo introdutório expondo os principais erros que se têm gerado sobre este tema por parte de distintos homens e grupos, porém, depois de uma maior reflexão, decidimos que isto seria de pouco ou de nenhum proveito à maioria de nossos leitores. Apesar de haver tempos, sem dúvida, nos quais é o desagradável dever dos servos de Deus expor o que está enganando e prejudicando o Seu povo, não obstante, como uma regra geral, a maneira mais eficaz de eliminar as trevas é deixar entrar a luz. Desejamos, então, escrever estes artigos com o mesmo espírito do piedoso John Owen, o qual, na introdução a seu extenso tratado sobre este tema, disse: “Deve dar-se mais importância à contínua orientação da mente e da consciência de um crente, verdadeiramente treinado acerca do fundamento de sua paz e aceitação diante de Deus, do que à contradição de uma dezena de agressivos opositores.... Afirmar e reivindicar a verdade na instrução e na edificação dos que amam em sinceridade, livrar suas mentes daquelas dificuldades sobre este caso particular, que alguns intentam arrojarem sobre todos os mistérios do evangelho, dirigir as consciências daqueles que querem saber acerca de alcançar a paz com Deus, e estabelecer as mentes dos que crêem, são as coisas à que me tenho proposto.”

Houve um tempo, não faz muito, quando a bendita verdade da justificação era uma das mais conhecidas doutrinas da fé cristã, quando ela era assiduamente explicada pelos pregadores, e quando o conjunto dos assistentes das igrejas estava familiarizado com seus aspectos principais. Porém agora — ah! — tem surgido uma geração que é quase totalmente ignorante deste precioso tema, porque com mui raras exceções já não se lhe dá mais um lugar no púlpito, e apenas se escreve algo sobre este nas revistas religiosas de nosso dia; e, em conseqüência, comparativamente, poucos entendem o que o termo em si implica, menos ainda se tem em claro sobre que base Deus justifica o ímpio. Isto põe o escritor numa considerável desvantagem, pois apesar dele desejar evitar um tratamento superficial de um assunto tão vital, todavia, aprofundar nele, e entrar nos detalhes, fará uma pesada exigência à mentalidade e paciência da pessoa mediana. Não obstante, respeitosamente instamos a cada cristão a fazer um esforço real para cingir os lombos de seu entendimento e buscar em oração dominar estes capítulos.

O que tornará mais difícil seguirmos através destas séries é o fato de que estamos tratando o lado *doutrinal* da verdade, antes que o prático; o judicial, antes que o experimental. Não que a doutrina seja algo *impraticável*; de modo algum; longe, longe disso. “Toda Escritura é divinamente inspirada e útil (primeiro) para ensinar, (e depois) para redargüir, para corrigir, para instruir em justiça” (2 Tim. 3:16). A instrução doutrinal foi sempre a base a partir da qual os apóstolos promulgaram os preceitos para regular o modo de andar. Não pode encontrar-se exortação alguma até o capítulo 6 da Epístola aos Romanos: os primeiros cinco estão dedicados inteiramente à exposição doutrinal. Assim também na Epístola aos Efésios: em 4:1 é dada a primeira exortação. Primeiro os santos são recordados das abundantes riquezas da graça de Deus, para que o amor de Cristo possa impulsionar-lhes, e logo são encorajados a andar como é digno da vocação com que foram chamados.

Embora seja verdade que se requer um esforço mental real (assim como um coração piedoso) para poder captar inteligentemente algumas das mais sutis distinções que são essenciais para uma apropriada compreensão desta doutrina, contudo, deve assinalar-se que a verdade da justificação está longe de ser uma mera peça de especulação abstrata.

Não, ela é uma enunciação de um ato divinamente revelado; ela é uma enunciação de um ato no qual cada membro de nossa raça humana deveria estar profundamente interessado. Cada um de nós tem perdido o favor de Deus, e cada um de nós necessita recuperar Seu favor. Se não o recuperarmos, então as conseqüências devem ser nossa absoluta ruína e a irremediável perdição. Como seres caídos, como rebeldes culpáveis, como pecadores perdidos, *somos* restaurados no favor de Deus, e se nos dá uma posição diante dEle inestimavelmente superior à que ocupam os santos anjos; com a ajuda do Senhor, nossa atenção será atraída à medida que prosseguirmos com nosso tema.

Como disse Abraham Booth em seu esplêndido trabalho “O reino da graça” (escrito em 1768): “Longe de ser um ponto somente teórico, este propaga sua influência através do conjunto inteiro da teologia, flui através de toda a experiência cristã, e opera em cada parte da santidade prática. Tal é sua grande importância, que um erro acerca deste tem uma eficácia maligna, e é acompanhado com uma série de perigosas conseqüências. Nem pode isto parecer estranho, quando se considera que esta doutrina da justificação não é outra senão a maneira para que um pecador seja *aceito por Deus*. Sendo de tão especial importância, ela está inseparavelmente conectada com muitas outras verdades evangélicas, das quais não podemos contemplar a harmonia e a beleza, enquanto esta seja mal compreendida. Até que esta doutrina apareça em sua glória, essas verdades estarão na escuridão. Esta é, se assim poder ser chamada, um artigo *fundamental*; e certamente requer nossa mais séria consideração” (de seu capítulo sobre “A Justificação”).

A grande importância da doutrina da justificação foi sublimamente expressa pelo puritano holandês, Witsius, quando disse: “Ela ajuda muito a revelar a glória de Deus, cujas mais destacadas perfeições resplandecem com um lustre eminente neste assunto. Ela manifesta a infinita *bondade* de Deus, pela qual Ele esteve predisposto a prover a salvação gratuitamente para o perdido e miserável homem, ‘para o louvor e glória de Sua graça’ (Ef. 1:6). Ela mostra também a mais estrita *justiça*, pela qual Ele não passaria por alto nem a menor ofensa, exceto com a condição do compromisso adequado, ou a plena satisfação do Mediador, ‘para que Ele seja justo, e justificador daquele que tem fé em Jesus’ (Rom. 3:26). Esta doutrina mostra além do mais a inescrutável *sabedoria* da divindade, a qual descobriu uma maneira para exercer o mais benevolente ato de misericórdia, sem infringir a Sua mais absoluta justiça e a Sua verdade infalível, que ameaçavam de morte ao pecador: a justiça demandava que a alma que pecasse deveria morrer (Rom. 1:32). A verdade tem pronunciado as maldições por não se obedecer ao Senhor (Deut. 28:15-68). A bondade, ao mesmo tempo, foi inclinada a decretar a vida à alguns pecadores, porém de nenhuma outra forma diferente daquela que era própria da majestade do santíssimo Deus. Aqui a sabedoria intervêm, dizendo: ‘Eu, eu sou o que apago tua transgressões por amor de mim; e eu não me lembrarei de teus pecados’ (Isa. 43:25). Nem a justiça de Deus ou a Sua verdade terão alguma causa de reclamação porque o pagamento completo será feito para você por um mediador. Portanto, a incrível benevolência do Senhor Jesus resplandece, quem, ainda que Senhor de tudo, esteve sujeito a lei, não para a obediência dela somente, porém também para a maldição: ‘Ao que não conheceu pecado, por nós se fez pecado, para que fôssemos feitos justiça de Deus nEle’ ” (2 Cor. 5:21).

Não deveria a alma piedosa, que está profundamente comprometida na fervente meditação destas coisas, ascender-se em adorações a um Deus que justifica, e cantar com a igreja: “Que Deus como tu, que perdoas a maldade, e esqueces o pecado?”

(Miqueias 7:18) ?. Oh, a pureza dessa santidade que prefere castigar os pecados do escolhido em Seu Filho Unigênito, antes que suportar deixá-los impunes ! Oh, a profundidade de Seu amor para com o mundo, para o qual Ele não poupou a Seu entranhável Filho, a fim de resgatar a pecadores ! Oh, a profundidade das riquezas de insondável sabedoria, pela qual Ele provê Sua misericórdia para o culpado arrependido, sem mancha alguma a honra do Juiz mais imparcial ! Oh, os tesouros de amor em Cristo, pelo qual Ele se fez maldição por nós, a fim de livrar-nos desta ! Quão próprio da alma justificada, que está preste a se fundir no sentimento deste amor, com pleno júbilo é cantar um cântico novo, um cântico de mútuo retorno de amor ao Deus que justifica.

Tão importante considerava o apóstolo Paulo a esta doutrina que, sob a direção do Espírito Santo, a mais sobressalente de suas epístolas no Novo Testamento está dedicada a uma completa exposição dela. O eixo sobre o qual gira todo o conteúdo da Epístola aos Romanos é aquela notável expressão: “a justiça de Deus” - comparada a qual não há nada de maior importância que possa ser encontrado em todas as páginas das Sagradas Escrituras, e é necessário que cada cristão faça o máximo esforço para entendê-la claramente. Esta é uma expressão abstrata que significa a satisfação de Cristo em sua relação à Lei Divina. É um nobre descritivo para a causa essencial da aceitação do pecador diante de Deus. “A justiça de Deus” é uma frase referida ao trabalho terminado do Mediador como aprovado pelo tribunal divino, sendo a causa meritória de nossa aceitação diante do trono do Altíssimo.

Nos seguintes capítulos (com a ajuda do Senhor) examinaremos em mais detalhe esta vital expressão “a justiça de Deus”, que dá a entender essa perfeita compensação que o Redentor ofereceu à justiça divina em benefício e em lugar daquele povo que Lhe tinha sido dado. Por agora, seja suficiente dizer que essa “justiça” pela qual o pecador crente é justificado é chamada “a justiça de Deus” (Rom. 1:17; 3:21) porque Ele é o encarregado, aprovador, e doador dela. Ela é chamada “a justiça de nosso Deus e Salvador Jesus Cristo” (2 Pedro 1:1) porque Ele a consumou e apresentou diante de Deus. Ela é chamada “a justiça da fé” (Rom. 4:13) porque a fé é a que a apreende e a que a recebe. Ela é chamada “justiça do homem” (Jó 33:26) porque ela foi paga para ele e imputada a ele. Todas estas variadas expressões se referem a muitos aspectos daquela perfeita obediência até a morte que o Salvador efetuou em favor de Seu povo.

Sim, o apóstolo Paulo, sob a direção do Espírito Santo, estimava a esta doutrina como algo tão vital, que ele apresenta extensamente como a negação e perversão dela por parte dos judeus foi a causa principal pela qual eles foram desaprovados por Deus: ver os versículos finais de Romanos 9 e o começo do capítulo 10. Novamente, através de toda a Epístola aos Gálatas, encontramos ao apóstolo empenhado na mais vigorosa defesa e contendendo com grande zelo com aqueles que haviam atacado esta verdade básica. Ali, ele fala do ensinamento oposto como destrutivo e mortífero para as almas dos homens, como uma agressão à cruz de Cristo, e chama a esse ensinamento outro evangelho, declarando solenemente “ainda se nós ou um anjo do céu vos anunciar outro evangelho...seja anátema” (Gálatas 1:18). Que pena, que sob a ampla liberdade e sob a falsa “caridade” de nossos tempos, há agora tão pouco santo aborrecimento dessa pregação que repudia a obediência vicária de Cristo que é imputada ao que crê.

Mediante Deus, a pregação desta grande verdade causou o maior avivamento que a causa de Cristo gozou deste os dias dos apóstolos. “Esta foi a grandiosa, fundamental e

distinta doutrina da Reforma, e foi estimada por todos os reformadores como a primária e suprema importância. A principal acusação que eles sustentavam contra a Igreja de Roma foi que ela havia corrompido e pervertido a doutrina das Escrituras sobre esta questão em uma forma que era perigosa para as almas dos homens; e foi principalmente pela exposição, o estrito apego, e a aplicação da verdadeira doutrina da palavra de Deus com respeito a isto, que eles atacaram e transtornaram as principais doutrinas e práticas do sistema papal. Não há assunto que possua uma importância mais intrínseca que o que se relaciona com este, e não há outro com respeito ao qual os reformadores estiveram mais completamente de acordo com suas convicções' (W. Cunningham).

Esta bendita doutrina provê o tônico divino para reanimar a um cuja alma está abatida e cuja consciência está intranqüila por um profundo sentimento de pecado e culpa, e deseja conhecer o caminho e os meios pelos quais poderia obter a aceitação para com Deus e o direito à herança celestial. Para um que está profundamente convencido de que tem sido toda sua vida um rebelde contra Deus, um constante transgressor de Sua Santa Lei, e que compreende que está com justiça sob a condenação e ira de Deus, nenhuma busca pode ser de tão profundo interesse e urgente importância como aquela que se relaciona com os meios para recuperar o favor divino, o perdão de seus pecados, e o fazer-lhe apto para permanecer confiado na presença divina: até que este ponto vital tenha sido aclarado para saciar seu coração, toda outra informação religiosa será totalmente inútil.

“As demonstrações da existência de Deus só serviriam para confirmar e gravar mais profundamente sobre sua mente a terrível verdade que ele já crê, que há um Juiz Justo, diante do qual deve comparecer, e por cuja sentença será estabelecida sua condenação final. Explicar-lhe a lei moral, e inculcar-lhe as obrigações a obedecer, obrará como um acusador público, quando este cita as leis da região a fim de mostrar que as acusações que tem trazido contra o criminoso na corte estão bem estabelecidas, e, conseqüentemente, que ele é digno de punição. Quanto mais fortes são os argumentos pelos quais você faz evidente a mortalidade da alma, mais claramente prova que seu castigo não será temporário, e que há outro estado de existência, no qual ele será totalmente recompensado de acordo com seu merecimento” (J. Dick).

Quando o próprio Deus chega a ser uma realidade viva para a alma, quando Sua terrível majestade, Sua infalível santidade, Sua justiça inflexível, e Sua autoridade soberana, são realmente percebidas, ainda que mui inadequadamente, a indiferença a Suas demandas agora dá lugar a uma séria preocupação. Quando há um adequado sentimento da magnitude de nossa separação com Deus, da depravação de nossa natureza, do poder e vileza do pecado, da espiritualidade e severidade da lei, e das eternas chamas que esperam aos inimigos de Deus, as almas despertadas gritam: “Com que me apresentarei ao Senhor, e me inclinarei diante do Deus altíssimo ? Apresentar-me-ei diante dEle com holocaustos, com bezerros de um ano ? Agradar-se-á o Senhor de milhares de carneiros, ou de dez mil ribeiros de azeite ? Darei o meu primogênito pela minha transgressão, o fruto do meu ventre pelo pecado de minha alma ?” (Miquéias 6:6,7). Então a pobre alma exclama: “Como pois se justificará o homem com Deus, e como seria puro aquele que nasce de mulher?” (Jó 25:4). E é na bendita doutrina que está agora por ser posta diante de nós, onde se nos explica o método pelo qual um pecador pode obter paz com seu Criador e imergir à possessão da vida eterna.

Novamente; esta doutrina é de inestimável valor para o cristão com uma consciência despertada, que cada dia geme por sentir sua intrínseca corrupção e as inúmeras falhas comparando-se com o estandarte que Deus tem posto diante dele. O Diabo, que é “o acusador de nossos irmãos” (Apoc. 12:10), freqüentemente acusa com hipocrisia ao crente diante de Deus, inquieta sua consciência, e pretende convencer-lhe que sua fé e sua piedade são nada mais que uma máscara e uma aparência para o exterior, pelos quais ele não somente engana a outros, senão também a si mesmo. Porém, graças a Deus, Satanás pode ser vencido pelo “sangue do Cordeiro” (Apoc. 12:11): olhando longe do incuravelmente depravado eu, e contemplando ao Fiador, que tem respondido plenamente por cada falta do cristão, perfeitamente expiado cada pecado deste, e lhe proporcionado uma “justiça eterna” (Dan. 9:24), que foi posta em sua conta na elevada corte do Céu.. E deste modo, ainda que gemendo por suas fraquezas, o crente pode possuir uma confiança vitoriosa que o eleva sobre todo temor.

Isto foi o que trouxe paz e regozijou ao coração do apóstolo Paulo: porque apesar de que em um instante exclamou: “Miserável homem que sou ! quem me livrará do corpo desta morte?” (Rom. 7:24), em seguida ele declarou: “Agora pois, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rom. 8:1). Ao que adicionou: “Quem tentará acusação contra os escolhidos de Deus? É Deus quem os justifica; Quem os condenará? Cristo Jesus é quem morreu, ou antes quem ressurgiu dentre os mortos, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós; quem nos separará do amor de Cristo? (vers. 33-35). Possa o Deus de toda graça dirigir nossa caneta e abençoar o que escrevemos para os leitores, que não poucos dos que estão agora nas sombrias prisões do Castelo da Dúvida, possam ser conduzidos dentro da gloriosa luz e liberdade da plena certeza da fé.

CAPÍTULO 1 - SEU SIGNIFICADO

Sermos livrados da sentença da condenação da Lei Divina é a benção fundamental da salvação de Deus: enquanto continuamos sob a maldição, não podemos ser nem santos nem felizes. Porém, em relação à natureza desta libertação, em que exatamente consiste, sobre que fundamento é obtida, e por quais meios é assegurada, existe na atualidade muita confusão. A maioria dos erros que se tem generalizado sobre este tema surgiram da falta de uma clara observação do assunto em si mesmo, e até que entendamos verdadeiramente o que a justificação é, não estamos em posição nem de afirmar nem de negar algo com respeito a ela. Pó isso, estimamos necessário dedicar um capítulo inteiro a uma cuidadosa definição e explicação desta palavra “justificação”, esforçando-nos em mostrar o que ela significa, e o que ela não significa.

Entre os protestantes e os romanistas há uma ampla diferença de opinião acerca do significado do termo “justificar”: eles afirmam que justificar é fazer intrinsecamente justo e santo, nós insistimos que justificar significa somente pronunciar formalmente ou declarar legalmente justo. O papismo inclui com a justificação, a renovação da natureza moral do homem ou a libertação da corrupção, assim confundem a justificação com a regeneração e a santificação. Contrariamente, todos os protestantes representativos têm mostrado que a justificação não se refere a uma mudança do tipo moral, porém a uma mudança de estado legal; ainda que reconhecendo, certamente, declarando com firmeza, que uma mudança radical de caráter invariavelmente acompanha a justificação. É uma mudança legal desde um estado de culpabilidade e condenação a um estado de perdão e aceitação; e esta mudança é devido exclusivamente a um ato gracioso de Deus, baseada sobre a justiça de Cristo sendo imputado a Seu povo (não tendo eles nenhuma própria).

“Nós explicamos a justificação simplesmente como uma aceitação pela qual Deus nos recebe em Seu favor e nos estima como pessoas justas; e dizemos que ela consiste na remissão dos pecados e na imputação da justiça de Cristo....A justificação, portanto, não é outra coisa que uma absolvição de culpabilidade daquele que foi acusado, como se sua inocência houvesse sido provada. Já que Deus, portanto, nos justifica pela mediação de Cristo, Ele nos desculpa, não por um reconhecimento de nossa inocência pessoal, mas por uma imputação de justiça; de maneira que, ainda que somos injustos em nós mesmos, somos considerados como justos em Cristo” (João Calvino, 1559)”.

“O que é justificação? Resposta: Justificação é um ato da livre graça de Deus para com os pecadores, no qual Ele os perdoa, aceita e considera justas as suas pessoas diante dEle, não por qualquer coisa neles operada, nem por eles feita, mas unicamente pela perfeita obediência e plena satisfação de Cristo, a eles imputada por Deus e recebidas só pela fé” (Catecismo de Westminster, 1643).

“Assim definimos a justificação de um pecador conforme ao Evangelho: É um judicial, porém gracioso ato de Deus, pelo qual o pecador escolhido e crente é absolvido da culpa de seus pecados, e adquire um direito à vida eterna concedida a ele, por causa da obediência de Cristo, recebida pela fé” (H. Witsius, 1693).

“Se diz que uma pessoa é justificada quando ela é considerada por Deus como livre da culpa do pecado e seu merecido castigo; e como tendo aquela justiça pertencendo-lhe, isso lhe dá o direito à recompensa da vida” (Jonathan Edwards, 1750).

A justificação, então, não se refere a alguma mudança subjetiva produzida na atitude de uma pessoa, porém é exclusivamente uma mudança objetiva em sua posição em relação à lei. Que a justificação é impossível que possa significar fazer a uma pessoa justa ou boa intrinsecamente é mais claramente visto a partir do uso do termo em si na Escritura. Por exemplo, em Provérbios 17:15 lemos: “O que justifica o ímpio, e o que condena o justo, tanto um como o outro são abomináveis ao SENHOR”. Agora bem, obviamente quem muda a um “ímpio” fazendo-o uma pessoa justa está longe de ser uma “abominação ao Senhor”, porém o que o sabendo disso, diz que uma pessoa ímpia é justa, é aborrecível a Ele.

Também em Lucas 7:29 lemos: “E todo o povo que o ouviu e os publicanos, tendo sido batizados com o batismo de João, justificaram a Deus”. Quão impossível é fazer que as palavras “justificaram a Deus” signifique alguma transformação moral de Seu caráter; porém aquelas palavras devem ser entendidas como que eles declararam que Ele é justo, e toda ambigüidade é tirada. Uma vez mais, em 1 Timóteo 3:16 nos é dito que o Filho encarnado foi “justificado no (ou “pelo”) Espírito”, isto é, Ele foi publicamente reivindicado em Sua ressurreição, declarado inocente ante as denúncias blasfemas com que os judeus Lhe acusaram.

A justificação trata somente do aspecto legal da salvação. É um termo judicial, uma palavra dos tribunais de justiça. É a sentença de um juiz sobre uma pessoa que tem sido trazida diante dele para ser julgada. É aquele ato da graça de Deus como Juiz, na elevada corte do Céu, pelo qual Ele dita que um pecador escolhido e crente é libertado da penalidade da lei, e totalmente restaurado ao favor divino. É a declaração de Deus de que a parte acusada está totalmente de acordo com a lei; a justiça o desculpa porque a justiça tem sido satisfeita. Assim, a justificação é aquela mudança de estado pela qual um, que sendo culpável diante de Deus e portanto sob a sentença condenatória da Sua Lei, e merecedor de nada exceto de um eterno apartamento de Sua presença, é recebido em Seu favor e se lhe dá um direito a todas as bênçãos que Cristo adquiriu para Seu povo, por Sua perfeita satisfação.

Na demonstração da definição dada, o significado do termo “justificar” pode ser determinado, primeiro, pelo seu uso nas Escrituras. “Então disse Judá: Que diremos a meu senhor? Que falaremos? E como nos justificaremos?” (esta palavra hebraica “tsadag” sempre significa “justificar”) (Gênesis 44:16). Aqui temos um assunto que era inteiramente judicial. Judá e seus irmãos foram levados para comparecer diante do governador do Egito, e estavam preocupados sobre como poderiam obter uma sentença em seu favor. “Quando houver contenda entre alguns, e vierem a juízo, para que os julguem, ao justo justificarão, e ao injusto condenarão” (Deuteronômio 25:1). Aqui novamente vemos claramente que o termo é de tipo legal, usado em conexão com os procedimentos dos tribunais legais, implicando um processo de investigação e juízo. Deus pôs aqui uma regra para reger aos juizes de Israel: eles não deviam “justificar” ou ditar uma sentença em favor do culpado: comparar 1 Reis 8:31,32.

“Se eu me justificar, a minha boca me condenará; se for perfeito, então ela me declarará perverso” (Jó 9:20): a primeira parte desta frase é explicada na segunda - “justificar” ali não pode significar fazer santo, porém pronunciar uma sentença em meu próprio favor. “E acendeu-se a ira de Eliú, filho de Baraquel, o buzita, da família de Rão; contra Jó se acendeu a sua ira, porque se justificava a si mesmo, mais do que a Deus” (Jó 32:2), o que obviamente significa, porquanto ele se declarava sem culpa a si mesmo mais que a

Deus. “Para que sejas justificado quando falares, e puro quando julgares” (Salmos 51:4), o que significa que Deus atuando em Sua função judicial poderia ser declarado justo em ditar sentença. “Mas a sabedoria é justificada por seus filhos” (Mateus 11:19), o que significa que os que são realmente regenerados por Deus tem considerado a sabedoria de Deus (que os escribas e fariseus consideravam necessidade) ser, como realmente é, perfeita sabedoria: eles lhe tiraram a calúnia de ser loucura.

2. A força precisa do termo “justificar” pode ser averiguada notando que este é a antítese de “condenar”. Agora bem, condenar não é um processo pelo qual um bom homem é feito mal, mas é a sentença de um juiz sobre alguém porque ele é um transgressor da lei. “O que justifica o ímpio, e o que condena o justo, tanto um como o outro são abomináveis ao SENHOR” (Provérbios 17:15 e ver também Deuteronômio 25:1). “Porque por tuas palavras serás justificado, e por tuas palavras serás condenado” (Mateus 12:37). “É Deus quem os justifica. Quem é que condena?” (Romanos 8:33,34). Ora, é inegável que a “condenação” é a declaração de uma sentença contra uma pessoa pela qual a pena prescrita pela lei lhe é atribuída e é ordenada para ser aplicada sobre ela; por conseguinte, a justificação é a declaração de uma sentença em favor de uma pessoa, pela qual a recompensa prescrita pela lei é ordenada para ser-lhe outorgada.

3. Que a justificação não é uma mudança experimental desde a pecaminosidade à santidade, mas uma mudança judicial desde a culpabilidade à não condenação pode ser evidenciado pelos termos equivalentes utilizados. Por exemplo, em Romanos 4:6 lemos: “Assim também Davi declara bem-aventurado o homem a quem Deus imputa a justiça sem as obras”: assim que a justiça legal não é uma conduta implantada no coração, mas um dom cedido a nossa conta. Em Romanos 5:9,10 ser “justificados pelo seu sangue” é o mesmo que ser “reconciliados com Deus pela morte de seu Filho”, e a reconciliação não é uma transformação de caráter, mas o obter a paz pela remoção de tudo o que causa ofensa.

4. A partir do fato de que o aspecto judicial de nossa salvação é proposto nas Escrituras sob as figuras de um juízo em um tribunal de justiça e uma sentença. “(1) Se supõe um juízo, sobre o qual o salmista implora que este não se desenvolva de acordo com a lei: Salmo 143:2. (2) O Juiz é o próprio Deus: Isaías 50:7,8. (3) O tribunal onde Deus está sentado para o juízo é o trono da graça: Hebreus 4:16. (4) Uma pessoa culpada. Ela é o pecador, que é tão culpado de pecado como para ser abominável ante o juízo de Deus: Romanos 3:18. (5) Os acusadores estão prontos para propor e promover as acusações contra a pessoa culpada; estes são a lei (João 5:45), a consciência (Romanos 2:15), e Satanás (Zacarias 3:2 e Apocalipse 12:10). (6) A acusação é admitida e redatada em uma “ata” em forma de lei, e é posta diante do tribunal do Juiz, no foro, para a libertação do criminoso: Colossenses 2:14. (7) Se prepara uma defesa no Evangelho em favor da pessoa culpada: esta é a graça, através do sangue de Cristo, o resgate pago, a eterna justiça trazida pelo Fiador do pacto: Romanos 3:23,25; Daniel 9:24. (8) A Ele somente açude o pecador, renunciando a toda outra desculpa ou defesa qualquer que sejam: Salmos 130:2,3; Lucas 18:13. (9) Para fazer eficaz esta súplica temos um advogado com o Pai, e Ele apresenta Sua própria propiciação por nós: 1 João 2:1,2. (10) A sentença acerca disto é a absolvição, por causa do sacrifício e da justiça de Cristo; com a aceitação no favor, como pessoas aprovadas por Deus: Romanos 8:33,34; 2 Coríntios 5:21” (John Owen).

Na base do que temos visto, podemos perceber o que a justificação não é. Primeiro, ela é distinta da regeneração: “aos que chamou a estes também justificou” (Romanos 8:30). Ainda que juntos inseparavelmente, o chamamento eficaz ou o novo nascimento e a justificação são bastante distintos. Um nunca está separado do outro, ainda que eles devam ser confundidos. Na ordem natural, a regeneração precede à justificação, ainda que não é de nenhuma maneira a causa ou o fundamento dela: ninguém é justificado até que creia, e ninguém crê até que seja convencido. A regeneração é o ato do Pai (Tiago 1:18), a justificação é a sentença do Juiz. Uma me dá um lugar na família de Deus, a outra me assegura uma posição diante de Seu trono. Uma é interior, sendo a concessão da vida divina à minha alma: a outra é exterior, sendo a imputação da obediência de Cristo à minha conta. Por uma eu sou levado de regresso arrependido à casa do Pai, por outra se me dá uma “melhor vestidura” que me prepara para Sua presença. Segundo, ela difere da santificação. A santificação é moral ou experimental, a justificação é legal ou judicial. A santificação resulta da operação do Espírito em mim, a justificação é baseada no que Cristo fez por mim. Uma é gradual e progressiva nesta vida; a outra é completa e não admite adição. Uma tem que ver com meu estado, a outra tem que ver com minha posição diante de Deus. A santificação produz uma transformação de caráter; a justificação é uma mudança de status legal: é uma mudança desde a culpa e condenação ao perdão e aceitação, e isto somente por um ato de graça por parte de Deus, fundamentado sobre a imputação da justiça de Cristo, por meio do instrumento da fé somente. Ainda que a justificação está totalmente diferenciada da santificação contudo, a santificação sempre a acompanha.

Terceiro, ela difere do perdão. Em algumas coisas concordam. Somente Deus pode perdoar pecados (Marcos 2:7) e somente Ele pode justificar (Romanos 3:30). Sua livre graça é a única causa impulsora em um (Efésios 1:17) e da outra (Romanos 3:24). O sangue de Cristo é a causa que adquire ambos por igual: Mateus 26:28, Romanos 5:9. Os objetos são os mesmos: as pessoas que são perdoadas são justificadas, e as mesmas que são justificadas são perdoadas; aos que Deus imputa a justiça de Cristo para sua justificação, Ele lhes dá a remissão de pecados; e aos que Ele não culpa de pecado, senão que lhes perdoa, a eles lhes atribui justiça sem obras (Romanos 4:6-8). Ambos são recebidos pela fé (Atos 26:18, Romanos 5:1). Porém ainda que concordem nestas coisas, em outras se diferenciam.

De Deus se diz ser “justificado” (Romanos 3:4), porém seria blasfêmia falar dEle como sendo “perdoado” - isto mostra imediatamente que as duas coisas são diferentes. Um criminoso poderia ser perdoado, porém somente uma pessoa justa pode ser realmente justificada. O perdão trata somente com os atos de um homem, a justificação com o homem em si. O perdão considera aos pedidos de clemência, a justificação aos de justiça. O perdão somente livra da maldição causada pelo pecado; a justificação além disso, outorga um direito ao céu. A justificação se aplica ao crente com respeito às demandas da lei, o perdão com respeito ao Autor da lei. A lei não perdoa, já que ela não admite afrouxamento; porém que Deus perdoa as transgressões da lei em Seu povo provendo uma satisfação à lei, adequada a suas transgressões. O sangue de Cristo foi suficiente para proporcionar o perdão (Efésios 1:7), porém Sua justiça é necessária para a justificação (Romanos 5:19). O perdão liberta da morte (2 Samuel 12:13), porém a justiça imputada é chamada “justificação de vida” (Romanos 5:18). Uma vê ao crente como completamente pecador, a outra como completamente justo. O perdão é a remissão do castigo, a justificação é a declaração de que não existe fundamente para

impor castigo. O perdão pode ser repetido até setenta vezes sete, a justificação é de uma vez para sempre.

Do que se disse no último parágrafo, podemos ver que é um sério erro limitar a justificação ao mero perdão de pecados. Assim como a “condenação” não é a execução do castigo, porém mais bem a declaração formal de que o acusado é culpado e digno de castigo; assim a “justificação” não é meramente a remissão do castigo, mas o anúncio judicial de que o castigo não pode ser aplicado com justiça - sendo o acusado plenamente conformado a todos os requerimentos positivos da lei como resultado da perfeita obediência de Cristo, que tem sido legalmente posta em sua conta. A justificação de um crente não é outra coisa que sua admissão à participação na recompensa merecida por seu Fiador. A justificação é nada mais nada menos que a justiça de Cristo sendo imputada a nós: a benção negativa que dali emana é a não inculpação de pecados; a positiva, um direito à herança celestial.

Belamente tem isto sido assinalado que “Não podemos separar do Emanuel Sua própria essencial excelência. Podemos vê-LO ferido e oferecido como incenso batido para o fogo, porém foi alguma vez o incenso queimando sem fragância, e sendo somente a fragância o resultado ? O nome de Cristo não somente anula o pecado, este provê no lugar daquele que foi anulado, sua própria excelência eterna. Não podemos somente ter seu poder nulificante; o outro é o seguro acompanhante. Assim era com cada sacrifício típico da Lei. Este era batido: porém como sendo sem defeito era queimado sobre o altar para um odor fragante. O odor ascendia como um memorial diante de Deus: este era aceito por Ele, e seu valor era atribuído ou imputado a quem havia trazido a vítima substituída. Se portanto, recusamos a imputação de justiça, recusamos o sacrifício como é revelado nas Escrituras; já que as Escrituras não conhecem de sacrifício cuja eficácia seja tão esgotada na eliminação da culpa como para não deixar nada que possa ser apresentado em aceitabilidade diante de Deus” (B. W. Newton).

“O que é colocar nossa justiça na obediência de Cristo, senão que sustentar que somos considerados justos somente porque Sua obediência é aceita por nós como se fosse nossa própria ? Pela qual Ambrósio me parece que exemplificou mui belamente esta justiça na benção de Jacó: assim como ele, que não tinha por sua própria conta direito aos privilégios da primogenitura, estando dissimulado com os costumes de seu irmão, e vestido com suas roupas, que espalharam um perfume mui excelente, o levaram a obter o favor de seu pai, de forma que pôde receber a benção para seu próprio proveito, sob o caráter de outro; desse modo nos resguardemos debaixo da preciosa pureza de Cristo” (João Calvino).

CAPÍTULO 2 - SEU PROBLEMA

Neste capítulo e no seguinte, nosso objetivo será quádruplo. Primeiro demonstrar a impossibilidade de qualquer pecador obter aceitação e favor com Deus sobre a base de seu próprio desempenho. Segundo, mostrar que a salvação de um pecador apresentou um problema que nada exceto a onisciência poderia resolver, mas que a perfeita sabedoria de Deus desenvolveu um caminho pelo qual Ele pode declara justo um culpado transgressor de Sua Lei sem por em dúvida Sua veracidade, manchando Sua santidade, ou ignorando as reivindicações da justiça; sim, de um modo tal que todas Suas perfeições têm sido demonstradas e magnificadas, e o Filho de Seu Amor glorificado. Terceiro, apontar o único fundamento sobre o qual uma consciência despertada pode encontrar uma paz sólida e estável. Quarto, buscar dar aos filhos de Deus uma clara compreensão das excessivas riquezas da Divina graça, para que seus corações possam ser atraídos à um fervente louvor ao Autor de uma “tão grande salvação.”

Porém permita-me assinalar no começo que, qualquer leitor que nunca viu a si mesmo sob a luz pura da santidade de Deus, e que nunca sentiu Sua Palavra cortando-lhe a própria carne, será incapaz de entrar plenamente dentro da força a respeito do que vamos escrever. Sim, com toda probabilidade, aquele que é não-regenerado adotará uma crítica decidida a muito do que iremos dizer, negando que exista alguma dificuldade na questão de um Deus misericordioso perdendo a uma de Suas criaturas pecadoras. Ou, se ele não discordar até esse grau, ainda assim mui provavelmente considerará que temos exagerado grosseiramente os vários elementos no caso que vamos apresentar, que temos descrito a condição de um pecador em um tom muito mais escuro do que seria permitido. Isto deve ser assim, porque ele não tem conhecimento experimental com Deus, nem é consciente da terrível praga de seu próprio coração.

O homem natural não pode suportar o pensamento de ser profundamente examinado por Deus. A última coisa que ele deseja é passar debaixo do olho que tudo vê de Seu Criador e Juiz, de forma que cada um de seus pensamentos e desejos, suas mais secretas imaginações e motivos, permanecem expostas diante dEle. Verdadeiramente é a mais solene experiência quando somos levados a sentir com o Salmista: “SENHOR, tu me sondaste, e me conheces. Tu sabes o meu assentar e o meu levantar; de longe entendes o meu pensamento. Cercas o meu andar, e o meu deitar; e conheces todos os meus caminhos. Não havendo ainda palavra alguma na minha língua, eis que logo, ó SENHOR, tudo conheces. Tu me cercaste por detrás e por diante, e puseste sobre mim a tua mão” (Salmos 139:1-5).

Sim, querido leitor, verdadeiramente a última coisa que o homem natural deseja é ser examinado, até o profundo por Deus, e ter seu caráter real exposta à vista. Porém, quando Deus se empenham em fazer esta mesmíssima coisa - que Ele - que Ele fará na graça nesta vida, ou no julgamento no Dia por vir - não há escape para nós. Então podemos bem exclamar: “Para onde me irei do teu espírito, ou para onde fugirei da tua face? Se subir ao céu, lá tu estás; se fizer no inferno a minha cama, eis que tu ali estás também. Se tomar as asas da alva, se habitar nas extremidades do mar, Até ali a tua mão me guiará e a tua destra me susterá. Se disser: Decerto que as trevas me encobrirão; então a noite será luz à roda de mim” (Salmos 139:7-11). Então asseveraremos: “Nem

ainda as trevas me encobrem de ti; mas a noite resplandece como o dia; as trevas e a luz são para ti a mesma coisa” (v. 12).

Então a alma é despertada à uma compreensão de quem é Aquele com quem ela tem de tratar. Então é quando ele agora percebe algo das altas demandas de Deus sobre ele, os justos requerimentos de Sua Lei, as demandas de Sua santidade. Então é que ele entende quão completamente tem falhado em considerar aquelas demandas, quão horrendamente tem descuidado daquela lei, quão miseravelmente falha em satisfazer aquelas demandas. Agora percebe que tem sido um “rebelde desde o ventre” (Isaías 48:8), assim é que longe de haver vivido para glorificar ao Seu Criador, não fez anda mais que seguir a corrente deste mundo e satisfazer os desejos da carne. Agora percebe que “não há nele coisa sã” senão que, “desde a planta do pé até a cabeça”, há feridas, e inchaços, e chagas podres” (Isaías 1:6). Agora ele é levado a entender que todas suas justiças são como “trapo de imundícia” (Isaías 64:6).

“É fácil para qualquer um nos claustros das escolas entregar-se a especulações ociosas sobre o mérito das obras para justificar aos homens; porém quando ele chega à presença de Deus, deve dizer adeus a estes passatempos porque ali o assunto é levado a cabo com seriedade, e não são praticadas ridículas contendidas de palavras. Neste ponto, então, nossa atenção deve ser dirigida, se desejamos fazer alguma busca proveitosa relacionada com a verdadeira justiça; a como podemos responder ao Juiz celestial, quando Ele nos chamar para uma prestação de contas. Ponhamos Àquele Juiz diante de nossos olhos, não de acordo com as imaginações espontâneas de nossas mentes, mas de acordo com as descrições que são dadas dEle nas Escrituras; que O representa como a Um cujo resplendor obscurece as estrelas, cujo poder derrete as montanhas, cuja ira faz tremer a terra, cuja sabedoria apanha os sábios em sua própria astúcia, cuja pureza faz parecer todas as coisas impuras, cuja justiça inclusive os anjos são incapazes de suportar, quem não perdoa ao culpado, cuja vingança, uma vez acendida, penetra até os abismos do Inferno” (João Calvino).

Ah, meu leitor, verdadeiramente, são tremendos os efeitos produzidos na alma quando um é realmente levado diante da presença de Deus, e lhe é dada uma visão de Sua impotente majestade. Enquanto nos avaliamos por nossos semelhantes, é fácil chegar à conclusão de que não muito mal em nós; porém quando nos aproximamos do temível tribunal da santidade inefável, formamos uma estimativa totalmente diferente de nosso caráter e conduta. Enquanto estivermos ocupados com objetos terrenos, poderemos nos orgulhar na força de nossa capacidade, porém fixando a observação constantemente no sol do meio-dia e sob seu resplendor deslumbrante a debilidade de nosso olho será imediatamente evidenciada. De maneira semelhante, enquanto me comparo com outros pecadores só posso formar uma incorreta estima de mim, porém se avalio a minha vida pelo prumo da Lei de Deus, e faço assim à luz de Sua santidade, devo “me abominar e me arrepender no pó e na cinza” (Jó 42:6).

Porém o pecado não somente tem corrompido ao ser do homem, este tem mudado sua relação com Deus: este o tem feito “separado” [de Deus] (Efésios 4:18), e o tem trazido sob ele Sua justa condenação. O homem tem quebrado a Lei de Deus em pensamento, palavra e ação, não uma vez, mas vezes sem número. Ele é declarado pelo tribunal divino como um infrator incorrigível, um rebelde culpado. Ele está sob a maldição de seu Criador. A lei demanda que seu castigo seja infligido sobre ele; a justiça clama por satisfação. O estado do pecador é deplorável, então, até o último grau. Quando isto é

dolorosamente sentido pela consciência culpada, seu agonizante possuidor exclama: “*Como, pois, seria justo o homem para com Deus, e como seria puro aquele que nasce de mulher?*” (Jó 25:4). Certamente, como ! Consideremos agora os vários elementos que entram neste problema.

Os requerimentos da Lei de Deus. “Cada questão, portanto, com respeito à justificação, necessariamente nos leva diante dos tribunais judiciais de Deus. Os princípios daquelas cortes devem ser definidos somente por Deus. Inclusive aos governantes terrenos, lhes concedemos o direito de estabelecer seus próprias leis, e de fixar o modo de sua execução. Outorgaremos esta faculdade ao homem, e a negaremos ao Deus onisciente e todo-poderoso ? Seguramente nenhuma ousadia pode ser maior à que a criatura assuma o direito de julgar ao Criador, e pretenda determinar quais deveriam, ou não deveriam ser, os métodos de Seu governo. Nosso lugar deve ser o de escutar respeitosamente Sua própria exposição dos princípios de Seu próprio tribunal, e humildemente agradecer-lhe por Sua bondade em condescender a explicar-nos quais são aqueles princípios. Como pecadores, não podemos exigir nada de Deus. Nós temos que reivindicar uma revelação que nos dê a conhecer Seus caminhos.

“Os princípios judiciais do governo de Deus, estão, como poderia ser esperado, baseados sobre a absoluta perfeição de Sua própria santidade. Isto foi completamente evidenciado nos mandamentos da lei como foi dada no Sinai tanto nos que proibem algo como nos que exigem algo. A lei proibiu não somente as más ações e os maus desígnios do coração, mas foi ainda mais profundamente. Ela proibiu ainda os maus desejos e más inclinações, dizendo “não cobiçaras” - isto é, tu não terás, *nem ainda momentaneamente*, um desejo ou tendência que seja contrário à perfeição de Deus. E portanto, assim como em seus requerimentos positivos, ela demanda a perfeita, incondicional e permanente rendição de alma e corpo, com todas suas forças, a Deus e a Seu serviço. Não só foi requerido, que o amor a Ele - amor perfeito e incessante - deveria residir como um princípio vivo no coração, mas que também deveria ser desenvolvido na ação, e isto sem variações. Além do mais, foi requerido que o modo durante todo o processo fosse tão perfeito como o princípio desde o qual o processo emanou.

“Se algum entre os filhos dos homens é capaz de materializar uma pretensão de perfeição tal como esta, as Cortes de Deus estão prontas para reconhecê-la. O Deus da Verdade reconhecerá uma pretensão veraz onde quer que ela se encontre. Porém se somos incapazes de apresentar uma pretensão semelhante - se a corrupção é encontrada em nós e em nossos caminhos - se em alguma coisa não alcançamos a glória de Deus, então é evidente que ainda que as Cortes de Deus possam estar dispostas a reconhecer a perfeição onde quer que ela exista, tal disposição não pode servir de base para a esperança daqueles, os quais, em lugar de ter a perfeição, têm pecados e imperfeições sem número” (B.W. Newton).

A acusação apresentada contra nós. “Ouvi, ó céus, e dá ouvidos, tu, ó terra; porque o SENHOR tem falado: Criei filhos, e engrandeci-os; mas eles se rebelaram contra mim. O boi conhece o seu possuidor, e o jumento a manjedoura do seu dono; mas Israel não tem conhecimento, o meu povo não entende. Ai, nação pecadora, povo carregado de iniquidade, descendência de malfeitores, filhos corruptores; deixaram ao SENHOR, blasfemaram o Santo de Israel, voltaram para trás” (Isaías 1:2-4). O eterno Deus nos

culpa de haver quebrado todos Seus mandamentos - alguns por obra, alguns em palavra, todos eles em pensamento e imaginação.

A gravidade desta acusação é aumentada pelo fato que contra a luz e o conhecimento escolhemos o mal e abandonamos o bem: de tal maneira que uma e outra vez deliberadamente nos apartamos da justa Lei de Deus, e nos desviamos como ovelhas perdidas, seguindo os maus desejos e as inclinações de nossos próprios corações. Acima, encontramos a Deus reivindicando que visto que somos Suas criaturas, deveríamos haver-LHE obedecido; já que como devemos nossas próprias vidas a Seu diário cuidado, deveríamos haver-LHE rendido nossa fidelidade em lugar de desobediência, e deveríamos ter sido Seus leais súditos em vez de sermos traidores de Seu reino. Não se nos pode acusar de exagerar sobre o pecado, mas que se expressou uma afirmação da realidade que nos é impossível de contradizer. Somos ingratos, rebeldes e ímpias criaturas. Quem desejaria ter um cavalo que se recusasse a trabalhar ? Quem desejaria ter um cachorro que nos rouba e nos ataca ? Todavia, temos quebrado o Dia do Senhor, desprezado Suas repreensões, abusado de Suas misericórdias.

A sentença da lei. É claramente proclamada nas declarações divinas: “Maldito todo aquele que não permanecer em todas as coisas que estão escritas no livro da lei, para fazê-las” (Gálatas 3:10). Quem quer que seja que viole um só preceito da Lei divina se expõe a si mesmo á desaprovação de Deus, e ao castigo como a expressão dessa desaprovação. Não se faz escusa pela ignorância, nem se faz distinção entre pessoas, nem é permitida uma diminuição de sua severidade: “A alma que pecar morrerá” é o pronunciamento inexorável. Não se faz exceção se o transgressor é jovem ou velho, rico ou pobre, judeu ou gentio: “o salário do pecado é a morte”; “porque do céu se manifesta a ira de Deus sobre toda a impiedade e injustiça dos homens, que detêm a verdade em injustiça” (Romanos 1:18).

O próprio Juiz é inflexivelmente justo. Na elevada corte da justiça divina, Deus toma a lei em seus mais estritos e rigorosos aspectos, e julga rigidamente de acordo como está escrito. “E bem sabemos que o juízo de Deus é segundo a verdade sobre os que tais coisas fazem...O qual recompensará cada um segundo as suas obras” (Romanos 2:2,6). Deus é inexoravelmente justo, e não mostrará parcialidade alguma para a lei e nem tampouco para o seu transgressor. O Altíssimo tem determinado que Sua Santa Lei será fielmente sustentada e seus castigos estritamente executados.

A que se assemelharia este país se todos seus juízes deixassem de sustentar e fazer cumprir as leis da nação ? Que condições predominariam se uma misericórdia sentimental reinasse à custa da justiça ? Agora, Deus é o Juiz de toda a terra e o governador moral do universo. As Sagradas Escrituras proclamam que “justiça e juízo”, e não “misericórdia e clemência” são a “base” de Seu “trono” (Salmos 89:14). Os atributos de Deus não se opõem um ao outro. Sua misericórdia não anula Sua justiça, nem Sua graça jamais é exibida à custa da justiça. A cada uma de Suas perfeições é dado livre curso. Para Deus dar a um pecador entrada ao céu simplesmente porque Ele o amava, seria como um juiz que abriga em sua própria casa a um fugitivo condenado meramente porque ele teve piedade dele. As Escrituras enfaticamente declaram que Deus, “ao culpado não tem por inocente” (34:7).

O pecador é inquestionavelmente culpado. Não é que ele somente tem debilidades ou que não é tão bom como deveria ser: ele tem desafiado a autoridade de Deus, violado

Seus mandamentos, pisoteado Suas leis. E isto é verdade não somente para uma certa classe de pecadores, mas “todo o mundo” é “culpado diante de Deus” (Romanos 3:19). “Não há um justo, nem um sequer. Todos se extraviaram, e juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só” (Romanos 3:10,12). É impossível para todo homem livrar-se a si mesmo desta terrível acusação. Ele não pode provar que os crimes dos quais é acusado não foram cometidos, nem que havendo sido cometidos, tinha direito de fazê-los. Ele tampouco pode refutar as acusações que a lei apresentou contra ele, nem justificar-se pela interpretação delas.

Aqui então é como o caso permanecer. A lei demanda uma pessoal, perfeita, e perpétua conformidade a seus preceitos, no coração e obras, na motivação e realização. Deus acusa a cada um de nós de ter falhado em cumprir aquelas justas demandas, e declara que temos violado Seus mandamentos em pensamentos, palavras e obras. A lei, portanto, pronuncia sobre nós uma sentença de condenação, nos amaldiçoa, e demanda a execução do castigo, que é a morte. Aquele diante de cujo tribunal permanecemos é onisciente, e não pode ser enganado ou coagido; Ele é inflexivelmente justo, e não é influenciado por considerações sentimentais. Nós, os acusados, somos culpados, incapazes de refutar as acusações da lei, incapazes de reivindicar nossa conduta pecaminosa, incapazes de oferecer algum satisfação ou reparação por nossos crimes. Verdadeiramente, nosso caso é desesperado até o último grau.

Aqui, então, está o problema. Como pode Deus justificar ao transgressor intencional de Sua Lei sem justificar seus pecados? Como pode Deus livrar-lhe da penalidade de Sua Lei quebrada sem comprometer Sua santidade e sem mudar Suas palavras de que Ele “ao culpado não tem por inocente”? Como pode ser dada a vida ao delinqüente culpado sem anular a sentença “a alma que pecar, essa morrerá”? Como pode ser mostrada misericórdia ao pecador sem a justiça ser desprezada? Este é um problema que deve sempre ter embaraçado a cada uma das inteligências finitas. Apesar de tudo, bendito seja Seu nome, Deus, em Sua sabedoria perfeita, planejou um caminho pelo qual o “principal dos pecadores” pode ser tratado por Ele como se fosse perfeitamente inocente; ainda mais, Ele o declara *justo*, de acordo com o padrão requerido pela lei, e com *direito à recompensa* da vida eterna. Como isto pode acontecer, será visto no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 - SUA BASE

No nosso último capítulo contemplamos o *problema* que é apresentado na justificação ou em pronunciar justo alguém que é um evidente violador da Lei de Deus. Alguns podem ter sido surpreendidos pela utilização do termo “problema”: assim como há muitos entre as filas dos ímpios que crêem que o mundo deve lhes um sustento, assim há não poucos fariseus na Cristandade que supõe que lhes é devido que na morte, o Criador os tome para o Céu. Porém é mui diferente com um que tem sido iluminado e convencido pelo Espírito Santo, de modo que ele se vê a si mesmo como um imundo miserável, um vil rebelde contra Deus. Tal pessoa, vendo que a palavra de Deus tão claramente declara “não entrará nela coisa alguma que contamine, e cometa abominação” (Apocalipse 21:27) se perguntará: Como é possível que eu possa de alguma forma conseguir ser admitido na Jerusalém celestial ? Como pode ser que um tão completamente desprovido de justiça como eu, e tão cheio de injustiça, seja alguma vez declarado justo por um Deus santo ?

Várias tentativas têm sido feita pela mentes incrédulas para resolver este problema. Alguns têm considerado que se eles agora começarem uma nova fase, perfeitamente reformarem suas vidas e de agora em diante andarem em obediência à Lei de Deus, serão aprovados diante do Tribunal Divino. Este esquema, reduzido a simples termos, é salvação por nossas próprias obras. Porém um esquema tal é absolutamente insustentável, e a salvação por tais meios é absolutamente impossível. As obras de um pecador reformado não podem ser a causa meritória ou eficaz de sua salvação, e isto pelas seguintes razões. Primeiro, não se faz uma provisão para suas faltas anteriores. Suponhamos que de agora em diante eu nunca mais transgrida a Lei de Deus, o que eu tenho para pagar por meus pecados passados ? Segundo, uma criatura caída e pecadora não pode produzir o que é perfeito, e nada imperfeito é aceitável para Deus. Terceiro, se fosse possível para nós sermos salvos por nossas próprias obras, então os sofrimentos e a morte de Cristo foram desnecessários. Quarto, a salvação por nossos próprios méritos eclipsaria inteiramente a glória da Graça Divina.

Outros supõem que este problema pode ser resolvido por um apelo à revelada *misericórdia* de Deus. Porém a misericórdia não é um atributo que ofusca as outras perfeições Divinas: justiça, verdade, e santidade são também atuantes na salvação dos eleitos de Deus. A lei não é deixada de lado, mas é honrada e magnificada. A verdade de Deus em Suas solenes advertências não é manchada, mas fielmente executada. A justiça Divina não é desprezada, mas reivindicada. Nenhuma das perfeições de Deus é exercida em prejuízo de qualquer uma das outras, mas todas elas brilham com igual claridade no pano que a sabedoria divina desenhou. A misericórdia à custa da justiça pisoteada não se adapta ao governo Divino; e a justiça imposta pela exclusão da misericórdia não é compatível com o caráter Divino. O problema que a inteligência infinita pôde resolver era como *ambos* [misericórdia e justiça] poderiam ser exercidos na salvação do pecador.

Um impressionante exemplo de misericórdia *ineficaz* ante as demandas da lei ocorre em Daniel 6. Ali encontramos que Dario, o rei da Babilônia, foi induzido por seus nobres a firmar um decreto pelo qual qualquer sujeito dentro de seu reino que orasse, ou “fizesse uma petição a qualquer deus, ou a qualquer homem por espaço de trinta dias” exceto ao

próprio rei, deveria ser lançado na cova dos leões. Daniel conhecendo isto, contudo, continuou orando a Deus como fazia antes. Imediatamente os nobres informaram a Dario acerca de sua violação do edito real, que “conforme a lei dos medos e dos persas *não se pode revogar*”, exigiram seu castigo. Porém Daniel era tido em alta estima pelo rei, e este desejava grandemente mostrar-lhe clemência, assim “propôs livrá-lo; e até o pôr do sol trabalhou para o salvar”. Porém, ele se achou sem saída desta dificuldade: a lei *deveria* ser honrada, assim Daniel foi lançado na cova dos leões.

Um exemplo igualmente impressionante da ineficácia da lei na presença da misericórdia é encontrado em João 8. Ali lemos de uma mulher surpreendida no ato do adultério. Os escribas e fariseus a apreenderam e a levaram diante de Cristo, acusando-a de delito, e recordando ao Salvador que “na lei nos mandou Moisés que as tais sejam apedrejadas.” Ela era inquestionavelmente culpada, e seus acusadores estavam decididos a que a penalidade da lei fosse executada sobre ela. O Senhor se voltou para eles e lhes disse: “Aquele que dentre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela”; e eles, convencidos por sua própria consciência, saíram um a um, deixando à adúltera só com Cristo. Voltando-se para ela, Ele lhe perguntou: “Mulher, onde estão aqueles teus acusadores ? Ninguém te condenou ?”. Ela respondeu: “Ninguém, Senhor”, e Ele disse: “Nem eu também te condeno: vai-te, e não peques mais”.

Os dois princípios opostos são vistos *operando em conjunção* em Lucas 15. O “Pai” não podia ter a seu filho (pródigo) sentado à Sua mesa vestido com os farrapos que trazia de um país estrangeiro, porém Ele podia sair e encontrar-lhe com aqueles farrapos: Ele podia lançar-se-lhe ao pescoço e lhe beijar naqueles farrapos - foi abençoadamente característico de Sua graça fazer assim; mas sentá-lo em Sua mesa com as vestimentas próprias de um alimentador de porcos, não seria apropriado. Mas, a graça que levou o Pai até ao pródigo “reinou” por aquela justiça que trouxe o pródigo até a cada do Pai. Não teria existido “graça” se o Pai tivesse esperado até o pródigo se ataviar com as vestimentas apropriadas de sua própria provisão [do pródigo]; nem teria existido “justiça” se o Pai trouxesse-o à Sua mesa em seus farrapos. Ambas, graça e justiça, brilharam com suas respectivas belezas quando o Pai disse: “Trazei depressa o *melhor vestido, e vesti-lho*”.

É através de Cristo e Sua expiação que a justiça e a misericórdia de Deus, Sua retidão e Sua graça, se encontram na justificação de um pecador crente. Em Cristo é encontrada a solução para cada problema que o pecado tem causado. Na Cruz de Cristo *todos* os atributos de Deus brilham em seu máximo esplendor. Na reparação que o Redentor ofereceu a Deus, cada demanda da lei, seja preceptiva ou penal, tem sido plenamente cumprida. Deus tem sido infinitamente mais honrado pela obediência do último Adão do que Ele foi desonrado pela desobediência do primeiro Adão. A justiça de Deus foi infinitamente mais engrandecida quando Sua terrível espada feriu o amado Filho, do que seria se cada membro da raça humana fosse queimado para sempre e sempre no lago de fogo. Há infinitamente mais eficácia no sangue de Cristo para limpar, do que há no pecado para contaminar. Há infinitamente mais mérito em uma perfeita justiça de Cristo do que há demérito na combinada injustiça de todos os ímpios. Bem podemos exclamar: “Mas longe esteja de mim gloriar-me, a não ser na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo” (Gálatas 6:14).

Porém, enquanto muitos concordam que o sacrifício expiatório de Cristo é a causa meritória da salvação de Seu povo, atualmente há verdadeiramente poucos que podem

dar alguma clara *explicação escriturística do meio e da maneira* pelas quais a obra de Cristo assegura a justificação de todos os que crêem. Portanto, há uma necessidade de uma clara e completa declaração disto. As idéias confusas sobre este ponto são tanto desonrosas a Deus como perturbadoras de nossa paz. É de primeira importância que o cristão obtenha um claro entendimento *do fundamento sobre o qual Deus perdoa seus pecados* e lhe concede um direito à herança celestial. Talvez isto seja melhor exposto por meio destas três palavras: substituição, identificação, imputação. Como seu Fiador e Responsável, Cristo entrou no lugar ocupado por Seu povo debaixo da lei, assim identificando-Se com eles para ser seu Cabeça e Representante, e como tal Ele assumiu e lhes libertou de todas suas obrigações legais: sendo transferidas suas dívidas a Ele, e Seus méritos sendo transferidos a eles.

O Senhor Jesus conquistou para Seu povo uma perfeita justiça por obedecer a lei em pensamento, palavra e ação, e esta justiça é imputada a eles, posta em sua conta. O Senhor Jesus sofreu as penalidades da lei no lugar deles, e através de Sua morte expiatória eles foram limpos de toda culpa. Como criaturas, eles estavam debaixo de obrigações para obedecer a Lei de Deus; como criminosos (transgressores) eles estavam sob a sentença da morte da lei. Portanto, para cumprir nossas obrigações e pagar nossas dívidas foi necessário que nosso Substituto tanto obedecesse como morresse. O derramamento do sangue de Cristo apagou nossos pecados, porém isto, por si só, não nos provê o “melhor vestido”. Silenciar as acusações da lei contra nós de modo que agora “nenhuma condenação há para quem está em Cristo Jesus” é simplesmente uma benção *negativa*: algo mais é requerido, ou seja, uma justiça *positiva*, o cumprimento da lei, para que possamos ter o direito à sua benção e recompensa.

Nos tempos do Antigo Testamento o nome sob o qual foi predito o Messias e Mediador foi: “O SENHOR JUSTIÇA NOSSA” (Jeremias 23:6). Daniel predisse explicitamente que Ele viria aqui para “dar fim aos pecados, e para expiar a iniquidade, e trazer a justiça eterna” (9:24). Isaías anunciou: “De mim se dirá: Deveras no Senhor há justiça e força: até ele virão mas serão envergonhados todos os que se irritarem contra ele. Mas no Senhor será justificada e se gloriará toda a descendência de Israel” (Isaías 45:24,25). E de novo, ele representa cada um dos redimidos exclamando: “Regozijar-me-ei muito no Senhor, a minha alma se alegra no meu Deus: porque me vestiu de vestidos de salvação, me cobriu com o manto de justiça” (Isaías 61:10).

Em Romanos 4:6-8 lemos: “Assim também Davi declara bem-aventurado o homem a quem Deus imputa a justiça sem obras, dizendo: Bem-aventurados aqueles cujas maldades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos. Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa o pecado”. Aqui se nos mostra a *inseparabilidade* de duas coisas: Deus imputando “justiça” e Deus não imputando “pecados”. As duas nunca são divididas: a quem Deus não imputa pecado, Ele imputa justiça; e a quem Ele imputa justiça, Ele não imputa pecado. Porém, o ponto específico que estamos mais preocupamos que o leitor chegue a entender é: *De quem é a “justiça” que Deus imputa ou põe na conta daquele que crê?* A resposta é: aquela justiça que foi produzida pelo nosso Fiador, aquela obediência à lei que foi cumprida de forma vicária por nosso Responsável, isto é, “a justiça de nosso Deus e Salvador Jesus Cristo” (2 Pedro 1:1). Esta justiça não é somente “para todos” mas também “sobre todos os que crêem” (Romanos 3:22). Esta é chamada “a justiça de Deus” porque foi a justiça do Deus-Homem Mediador, assim como em Atos 20:28 Seu sangue é chamado de o sangue de Deus.

A “justiça de Deus” que é mencionada tão freqüentemente na Epístola aos Romanos não se refere à justiça essencial do caráter divino, porque não é possível que ela possa ser imputada ou transferida legalmente a nenhuma criatura. Quando se diz em 10:3 que os Judeus “não conheceram a justiça de Deus”, certamente não significa que eles estavam na escuridão com respeito à Divina retidão ou que eles não conhecessem nada sobre a justiça de Deus; mas isto significa que eles eram ignorantes acerca da justiça que o Deus-Homem Mediador vicariamente adquiriu para o Seu povo. Isto é abundantemente claro pelo resto do versículo: “e procurando *estabelecer a sua própria justiça*” - não uma retidão ou justiça própria deles, mas fazendo obras pelas quais eles esperavam merecer aceitação diante de Deus. Tão firmemente se apegaram a esta desilusão que eles “não se sujeitaram à justiça de Deus”: isto é, eles recusaram abandonar sua justiça própria e pôr sua confiança na obediência e nos sofrimentos do Filho encarnado de Deus.

“Explicarei o que queremos dizer pela imputação da justiça de Cristo. Às vezes a expressão é tomada pelos nossos teólogos em um sentido mais amplo, pela imputação de tudo o que Cristo fez e sofreu por nossa redenção, com a qual somos livres de culpa e permanecemos justos diante dos olhos de Deus; e assim, a imputação implica tanto na satisfação como na obediência de Cristo. Porém aqui, eu pretendo usá-la em um sentido mais estrito, como a imputação daquela justiça ou virtude moral que consiste na obediência de Cristo. E por essa obediência sendo imputada à nós, se quer dizer nenhuma outra coisa do que isto: que esta justiça de Cristo é aceita por nós, e admitida no lugar daquela perfeita justiça interior que deveria estar em nós mesmos: a perfeita obediência de Cristo será posta em nossa conta, de forma que teremos os benefícios dela, como se nós mesmos a houvéssemos realizado: e assim assumimos que se nos é dado um direito à vida eterna como a recompensa desta justiça” (Jonathan Edwards).

A passagem que irradia a mais clara luz sobre aquele aspecto da justificação que agora estamos considerando é 2 Coríntios 5:21: “Aquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós: para que nele fôssemos feitos justiça de Deus”. Aqui nós temos as contra imputações: de nossos pecados a Cristo, de Sua justiça a nós. Como o ensinamento deste versículo é de tão vital importância, permita-nos empenharmo-nos em considerar seus termos com mais atenção. *Como* Cristo se “fez pecado por nós”? Pela *imputação que Deus fez sobre Ele* de nossa desobediência, ou de nossas transgressões à lei; de igual modo, nós somos “feitos justiça de Deus nEle” (em Cristo, não em nós mesmos) pela *imputação que Deus nos faz da obediência de Cristo*, de Seu cumprimento aos preceitos da lei por nós.

Como Cristo “não conheceu pecado” pela impureza interior ou comissão pessoal, assim nós “conhecemos” ou não tivemos justiça de nossa própria conformidade interior à lei, nem pela obediência pessoal à ela. Como Cristo se “fez pecado” por haver sido nossos pecados postos a Sua conta ou carregados sobre Ele em um modo judicial, e como não foi por uma conduta criminal de Si mesmo que Ele se “fez pecado”, assim não é por alguma atividade piedosa de nós mesmos que chegamos a ser “justos”: Cristo não se “fez pecado” pela infusão de depravação, nem nós somos “feito justiça” pela infusão de santidade. Ainda que pessoalmente santo, nosso Responsável, entrando em nosso lugar legal, se entregou a Si mesmo oficialmente devedor à ira de Deus; e assim apesar de pessoalmente malvados, temos, em virtude de nossa identificação legal com Cristo, direito ao favor de Deus. Como a conseqüência de que Cristo se “fez pecado por nós”

foi que “o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos” (Isaías 53:6), assim a consequência de que a obediência de Cristo foi posta em nossa conta é que Deus atribui justiça “sobre todos os que crêem” (Romanos 3:22). Como nossos pecados foram o fundamento judicial dos sofrimentos de Cristo, sofrimentos pelos quais Ele satisfaz à Justiça; assim a justiça de Cristo é o fundamento judicial de nossa aceitação diante de Deus, pelo qual nosso perdão é um ato de Justiça.

Note-se cuidadosamente que em 2 Coríntios 5:21 é Deus quem “fez” ou estabeleceu legalmente a Cristo para que fosse “pecado por nós”, ainda que como Hebreus 10:7 mostra, o Filho com boa vontade Se submeteu a isto. “Ele foi feito pecado por imputação: os pecados de todo Seu povo foram transferidos a Ele, carregados sobre Ele, e postos a Sua conta e tendo-os sobre Si, Ele foi tratado pela justiça de Deus como se Ele tivesse sido não somente um pecador, mas uma massa de pecado: porque ser feito pecado é uma expressão mais forte do que ser um pecador” (John Gill). “Para que nele fôssemos feitos justiça de Deus” significa ser legalmente constituídos justos diante de Deus - justificados. “Esta é uma justiça 'nEle', em Cristo, e não em nós mesmos, e portanto devemos entender a justiça de Cristo: assim chamada porque é adquirida por Cristo, que é Deus sobre todas as coisas, o verdadeiro Deus, e a vida eterna” (Ibid.).

O mesmo intercâmbio que tem sido postos diante de nós em 2 Coríntios 5:21 é encontrado de novo em Gálatas 3:13,14: “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se maldição por nós; porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado no madeiro; Para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios por Jesus Cristo”. Como o Fiador de Seu povo, Cristo foi “nascido sob a lei” (Gálatas 4:4), permanecendo na posição judicial e no lugar deles, e tendo todos os seus pecados imputados a Ele, e a lei encontrando-os todos sobre Ele, O condenou por eles; e assim a justiça de Deus O entregou à maldita morte de cruz. O propósito, bem como a consequência, disto foi “que a bênção de Abraão chegasse aos gentios”: a “bênção de Abraão” (como Romanos 4 mostra) foi a justificação pela fé através da justiça de Cristo.

“Por uma Vida que não vivi,
Por uma Morte que não morri;
Na morte de Outro, na vida de Outro
Descansará minha alma eternamente.”

CAPÍTULO 4 - SUA NATUREZA

A justificação, estritamente falando, consiste em Deus imputando aos Seus eleitos a justiça de Cristo, sendo *esta* a única causa meritória ou o fundamento essencial sobre o qual Ele declara-os justos: a justiça de Cristo é a que Deus considera quando Ele perdoa e aceita o pecador. Por a *natureza* da justificação fazemos referência aos *elementos constituintes* da mesma, os quais são desfrutados pelo crente. Estes são, a não imputação de culpa ou a remissão de pecados, e segundo, a investidura do crente com um direito legal ao Céu. O único fundamento sobre o qual Deus perdoa qualquer pecado do homem, e lhe admite ao Seu favor judicial, é a obra vicária de seu Fiador - essa perfeita satisfação que Cristo ofereceu à lei em seu benefício. É de grande importância ser claro sobre o fato de que Cristo foi “nascido sob a lei” não somente para que Ele pudesse redimir Seu povo “da maldição da lei” (Gálatas 3:13), *mas também* para que eles pudessem “receber a adoção de filhos” (Gálatas 4:4,5), isto é, serem investidos com os privilégios de filhos.

Esta grande doutrina da Justificação foi proclamada em sua pureza e claridade pelos Reformadores - Lutero, Calvino, Zanchius, Pedro Mártir, etc.; porém, começou a ser corrompida no século dezessete por homens que tiveram somente um conhecimento mui superficial desta, os quais ensinaram que a justificação consistia meramente na remoção de culpa ou no perdão de pecados, excluindo o positivo acesso do homem ao favor judicial de Deus: em outras palavras, eles restringiram a justificação à libertação do Inferno, falhando em declarar que esta também proporciona um direito ao Céu. Este erro foi perpetuado por John Wesley, e então pelos Irmãos de Plymouth, os quais, negando que a justiça de Cristo é imputada ao crente, procuraram encontrar um direito à vida eterna em uma união com Cristo em Sua ressurreição. Poucos na atualidade têm claro o *duplo* conteúdo da Justificação, porque poucos hoje entendem a natureza daquela justiça que é imputada a todos os que crêem.

Para mostrar que não temos deturpado os ensinamentos padrões dos Irmãos de Plymouth sobre este tema, citamos a obra “Notas em Romanos” do Sr. W. Kelly. Em sua “Introdução” ele declara: “Não há nada que impeça nosso entendimento de “a justiça de Deus” em seu sentido usual de um atributo ou qualidade de Deus” (p. 35). Mas como pode um “atributo” ou “qualidade” de Deus ser “sobre todos os que crêem” (Romanos 3:22) ? O Sr. Kelly de nenhum modo reconhece que “a justiça de Deus” e a “justiça de Cristo” são uma e a mesma, e portanto, quando ele chega a Romanos 4 (onde se diz tanto sobre “justiça” sendo *imputada* ao crente) ele esvazia o conjunto de seu bendito ensinamento tentando comprovar que esta justiça não é nada mais que nossa própria fé, dizendo de Abraão, “sua fé na palavra de Deus como aquela que ele exerceu, e a qual foi contada como justiça” (p. 47).

A “justiça de Cristo” que é imputada ao crente consiste daquela perfeita obediência que Ele rendeu aos preceitos da Lei de Deus e daquela morte que Ele morreu sob o castigo da lei. Tem sido dito com razão que: “Há a mesma necessidade da obediência de Cristo à lei em nosso lugar, para a recompensa, como de Seu sofrimento do castigo da lei em nosso lugar para nosso escape do castigo; e a mesma razão pela qual uma seria aceita a nossa conta tal como a outra. Supor que Cristo faz tudo para fazer expiação por nós pelo sofrimento é fazê-LO nosso Salvador, porém em parte. Isto é roubar-LHE a metade de Sua glória como um Salvador. Porque se assim fosse, tudo o que Ele faz é nos livrar do

Inferno; Ele não adquiri o Céu para nós” (Jonathan Edwards). Alguém objetará à idéia de Cristo “adquirindo” o Céu para Seu povo; ele pode ser imediatamente dirigido à Efésios 1:14, onde Céu é expressamente designado “a possessão adquirida”.

A imputação à conta do crente daquela perfeita obediência à lei que cumpriu seu Fiador para ele é claramente ensinada em Romanos 5:18,19: “Portanto, assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação e vida. Porque, assim como pela desobediência de um só homem muitos foram constituídos pecadores, assim também pela obediência de um muitos serão constituídos justos”. Aqui a “ofensa” ou “desobediência” do primeiro Adão é contrastada com a “justiça” ou “obediência” do último Adão, e visto que a desobediência do primeiro foi uma real transgressão da lei, portanto, a obediência do último deve ser Sua ativa obediência à lei; de outra maneira a força da antítese do Apóstolo falharia inteiramente. Como este ponto vital(a principal glória do Evangelho) é atualmente tão pouco entendido, e em algumas partes discutido, devemos entrar em algum detalhe.

Aquele que foi justificado por sua fé manteve uma dupla relação com Deus: primeiro, ele era uma criatura responsável, nascido sob a lei; segundo, ele era um criminoso, tendo transgredido aquela lei - ainda que sua criminalidade não cancelou sua obrigação de obedecer a lei mais do que um homem que imprudentemente dissipa seu dinheiro já não está obrigado a pagar suas dívidas. Conseqüentemente, a justificação consiste de duas partes, a saber, uma isenção da culpa, ou da condenação da lei (a libertação do Inferno), e a recepção ao favor de Deus, na sentença de aprovação da lei (um direito legal ao Céu). E portanto, o fundamento sobre o qual Deus declara justo a alguns é também duplo, como a completa satisfação de Cristo é vista em suas duas distintas partes: a saber, Sua obediência vicária aos preceitos da lei, e Sua morte substituta sob a penalidade da lei, os méritos de ambas partes são igualmente imputados ou postos na conta do que crê.

Contra isto se tem objetado: “A lei não requer a nenhum homem obedecer e também morrer”. Ao que respondemos na linguagem de J. Hervey (1750): “Porém não requer a um transgressor obedecer e morrer? Se não, então a transgressão priva à lei de seu direito, e liberta de toda obrigação a obedecer. Não se requeria ao Fiador dos homens pecadores obedecer e morrer? Se o Fiador somente morrer, Ele somente liberta da penalidade. Porém isto não outorga direito à vida, nem outorga direito à recompensa - a menos que você possa produzir algum decreto da Corte Celestial como este - 'Sofre isto, e viverás'. Eu encontro escrito: 'E em os guardar há grande recompensa' (Salmos 19:11), porém em nenhuma parte leio: 'Em padecer tua maldição, há a mesma recompensa'. Enquanto que, quando unimos a obediência ativa e passiva de nosso Senhor - o Sangue que fala de paz com a Vida doadora de justiça - ambas são feitas infinitamente meritórias e infinitamente eficazes pela glória divina de Sua pessoa, quão perfeita fazem aparecer nossa justificação! Quão firme ela permanece!”

Não é suficiente que o crente permaneça sem pecados diante de Deus - isso é somente negativo. A santidade de Deus requer uma justiça positiva à nossa conta - que Sua Lei seja perfeitamente guardada. Porém nós somos incapazes de guardá-la, portanto nosso Responsável a cumpriu por nós. Pelo sangue derramado de nosso bendito Substituto as portas do Inferno têm sido cerradas para sempre para todos aqueles por quem Ele morreu. Pela perfeita obediência de nosso bendito Fiador as portas do Céu são abertas

largamente para todo o que crê. Meu direito a permanecer diante de Deus, não somente sem temor, mas no consciente resplendor de Seu pleno favor, é porque Cristo tem sido feito “justificação” para mim (1 Coríntios 1:30). Cristo não somente pagou todas minhas dúvidas, mas também me libertou totalmente de todas minhas culpas. O Doador da lei é meu Cumpridor da lei. Cada santo desejo de Cristo, cada piedoso pensamento, cada palavra amável, cada ato justo do Senhor Jesus, desde Belém ao Calvário, se unem para formar aquela “melhor roupa” com a qual a descendência real permanece ataviada diante de Deus.

Apesar disto é triste dizer, que inclusive um escritor muito lido e em geral respeitado como o falecido Sr. Rob. Anderson, disse em seu livro, “O Evangelho e Seu Ministério” (Capítulo sobre a Justificação pelo Sangue): “A obediência vicária é uma idéia totalmente sem razão; como poderia um Deus de justiça e verdade considerar a um homem que tem quebrado a lei como se houvesse guardado a lei? O ladrão não é declarado honesto porque seu vizinho ou seu parente é um bom cidadão”. Que lamentável arrastar até o tribunal da razão humana manchada pelo pecado, e até uma avaliação pelas comparações mundanas, aquela transação divina onde foi exercida a “multiforme sabedoria de Deus” ! O que é impossível para os homens é possível para Deus. Nunca leu o Sr. Robert aquela predição do Antigo Testamento onde o Deus Altíssimo declarou: “portanto eis que continuarei a fazer uma obra maravilhosa com este povo, sim uma obra maravilhosa e um assombro; e a sabedoria dos seus sábios perecerá, e o entendimento dos seus entendidos se esconderá”? (Isaías 29:14).

Tem-se assinalado que: “No domínio humano, tanto a inocência como a justiça são transferíveis em seus efeitos, porém que em si mesmas elas são intransferíveis”. A partir disto se argumenta que nem o pecado nem a justiça são em si mesmos capazes de ser transferidos, e que ainda que Deus tratou a Cristo como se Ele fosse um pecador, e trata com o crente como se ele fosse justo, não obstante, não devemos supor que nenhum dos dois seja realmente o caso; menos ainda deveríamos afirmar que Cristo mereceu sofrer a maldição, ou que Seu povo tem direito de ser levado ao Céu. Esta é uma clara amostra da ignorância teológica destes tempos degenerados, tal é um exemplo representativo de como as coisas Divinas estão sendo medidas pelos padrões humanos; por meio de semelhantes sofismas está sendo atualmente repudiada a verdade fundamental da imputação.

Corretamente W. Rushton, em sua obra “Redenção Particular”, afirma, “No grande assunto de nossa salvação, nosso Deus permanece singular e completamente só. Nesta mais gloriosa obra, há uma exibição de justiça, misericórdia, sabedoria e poder, como jamais o coração do homem imaginou, e em conseqüência, não pode ter comparação com as ações dos mortais. 'Quem mostrou isso desde a antigüidade? quem de há muito o anunciou? Porventura não sou eu, o Senhor? Pois não há outro Deus senão eu; Deus justo e Salvador não há além de mim' (Isaías 45:21)”. Não, na verdadeira natureza do caso não pode encontra-se uma analogia entre qualquer transação humana com a transferência que Deus faz de nossos pecados a Cristo ou da obediência de Cristo a nós, pela simples porém suficiente razão de que não existe uma união semelhante entre as pessoas deste mundo como a que se obtém entre Cristo e Seu povo. Porém, deixe-nos ampliar ainda mais esta dupla e oposta imputação.

As aflições que o Senhor Jesus experimentou foram não somente sofrimentos provocados pelas mãos do homem, mas também o persistente castigo da mão de Deus:

“Foi da vontade do Senhor esmagá-lo” (Isaías 53:10); “Ó espada, ergue-te contra o meu pastor, e contra o varão que é o meu companheiro, diz o Senhor dos exércitos; fere ao pastor, e espalhar-se-ão as ovelhas; mas volverei a minha mão para os pequenos” (Zacarias 13:7) foi Seu decreto. Porém o “castigo” legal pressupõe a criminalidade; um Deus justo nunca haveria aplicado a maldição da lei sobre Cristo a menos que Ele a houvesse merecido. Somos conscientes de que esta é uma linguagem forte, porém não mais forte do que as Santas Escrituras plenamente autorizam, e se necessita que as coisas sejam ditas hoje fortemente e diretamente se queremos que um povo indiferente seja despertado. Porque Deus transferiu ao Substituto todos os pecados de Seu povo foi que, oficialmente, Cristo deveria efetuar o pagamento pelo salário do pecado.

A translação de nossos pecados a Cristo foi claramente prenunciada na Lei: “E Arão, pondo as mãos sobre a cabeça do bode vivo (expressando identificação com o substituto), confessará sobre ele todas as iniquidades dos filhos de Israel, e todas as suas transgressões, sim, todos os seus pecados; e os porá sobre a cabeça do bode (denotando transferência), e enviá-lo-á para o deserto, pela mão de um homem designado para isso. Assim aquele bode levará sobre si todas as iniquidades deles para uma região solitária; e esse homem soltará o bode no deserto”. Assim também foi especialmente anunciado pelos profetas: “O SENHOR fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós...e as iniquidades deles levará sobre si” (Isaías 53:6,11). Naquele grande salmo messiânico, o salmo 69, ouvimos o Fiador dizendo: “Tu, ó Deus, bem conheces a minha estultícia, e as minhas culpas não são ocultas” (v.5) - como poderia falar assim o Redentor sem mancha, a menos que os pecados de Seu povo houvessem sido postos sobre Ele?

Quando Deus imputou o pecado a Cristo como o Fiador do pecado, pôs sobre Ele o pecado, e tratou com Ele conseqüentemente. Cristo não poderia haver sofrido em lugar do culpado a menos que sua culpa houvesse sido primeiramente transferida a Ele. Os sofrimentos de Cristo foram penais. Deus por um ato de graça transcendente (para conosco) pôs as iniquidades de todos os que são salvos sobre Cristo, e em conseqüência, a justiça Divina encontrando pecado sobre Ele, O castigou. Aquele que de nenhum modo tem por inocente ao culpado deve atacar o pecado e ferir seu portador, não importa se este é o próprio pecador ou Um que vicariamente toma seu lugar. Mas como G.S. Bishop bem disse: “Quando a justiça golpeia uma vez ao Filho de Deus, a justiça se esgota. O pecado é castigado em um Objeto Infinito”. A expiação de Cristo foi contrária a nossos processos legais porque esta se eleva por cima de suas limitações finitas!

Então como os pecados dos que crêem foram transferidos e imputados por Deus a Cristo de maneira que Deus Lhe considerou e tratou conseqüentemente - visitando sobre Ele a maldição da lei, que é a morte; assim como a obediência ou justiça de Cristo é transferida e imputada por Deus ao crente, assim que Deus agora considera e trata com ele conseqüentemente - dando-lhe a bênção da lei, que é a vida. E qualquer negação deste fato, não importa quem a realize, é um repúdio ao princípio fundamental do Evangelho. “Porque, se pela ofensa de um só, a morte veio a reinar por esse, muito mais os que recebem a abundância da graça, e do dom da justiça, reinarão em vida por um só, Jesus Cristo” (Romanos 5:17). A expiação, então, que pregamos é uma de absoluto intercâmbio (1 Pedro 3:18). Isto significa que Cristo tomou literalmente nosso lugar, para que nós pudéssemos tomar literalmente Seu lugar - que Deus considerou e tratou a Cristo como o Pecador, e que Ele considera e trata ao pecador crente como a Cristo.

“Não é suficiente para um homem ser perdoado. Ele, certamente, é então inocente - lavado de seus pecados - repostado novamente, como Adão no Éden, exatamente onde ele estava. Porém isso não é suficiente. A Adão no Edén lhe era requerido que verdadeiramente deveria guardar o mandamento. Não era suficiente que não o quebrasse, ou que fosse considerado, por meio do Sangue, como se ele não o houvesse quebrado. Ele deveria guardá-lo: ele deveria permanecer em toda as coisas que estavam escritas no livro da lei para fazê-las. Como é satisfeita esta necessidade? O homem deve ter uma justiça, ou Deus não o pode aceitá-lo. O homem deve ter uma obediência perfeita, ou se não Deus não pode recompensar-lhe” (G.S. Bishop). Essa necessária e perfeita obediência é encontrada somente naquela perfeita vida, vivida por Cristo em obediência à lei, antes que Ele fosse à cruz, a qual é posta na conta do crente.

Não é que Deus trate como justo a um que realmente não é (isto seria uma ficção), mas que Ele verdadeiramente faz justo ao crente, não por colocar uma natureza santa em seu coração, mas por colocar a obediência de Cristo a sua conta. A obediência de Cristo é legalmente transferida a ele maneira de maneira que ele é agora devida e justamente estimado como justo pela Lei Divina. Isto é muitíssimo mais que um mero pronunciamento de justiça sobre alguém que é sem nenhum fundamento suficiente para o juízo de Deus para declarar-lhe justo. Não, este é um positivo ato judicial de Deus “por meio do qual, sobre a consideração da mediação de Cristo, Ele faz uma eficaz concessão e doação de uma verdadeira, real e perfeita justiça, igual àquela do próprio Cristo a todos os que crêem; e contada como sendo deles, por Seu próprio ato de graça, tanto lhes absolve do pecado como lhes outorgar o direito e posse à vida eterna” (John Owen).

Agora nos resta mostrar o fundamento sobre o qual Deus atua nesta contra-imputação de pecado a Cristo e de justiça a Seu povo. Esse fundamento foi o Concerto Eterno. A objeção de que é injusto que o inocente sofra para que o culpado possa escapar, perde toda sua força uma vez que é vista a liderança e responsabilidade de Cristo no concerto, e o pacto de união com Ele daqueles cujos pecados Ele levou. Não poderia ter existido uma coisa tal como um sacrifício vicário, a menos que tivesse existido alguma união entre Cristo e aqueles por quem Ele morreu, e essa relação de união deve ter existido antes que Ele morresse, certamente, antes de que nossos pecados fossem imputados sobre Ele. Cristo se responsabilizou de fazer a completa satisfação da lei para Seu povo porque Ele manteve com eles a relação de um Fiador. Porém o que justificou Sua atuação como o Fiador deles? Ele permaneceu como seu Fiador porque Ele foi seu Substituto: Ele atuou em seu benefício porque Ele se pôs em seu lugar. Porém, o que justificou a substituição?

Não se pode dar uma resposta satisfatória à última questão até que a grande doutrina do eterno pacto da união é considerada: essa é a grande relação fundamental. A união federal entre o Redentor e os redimidos, a eleição deles em Cristo antes da fundação do mundo (Efésios 1:4), pelo qual uma união legal foi estabelecida entre Ele e eles, é a única que responde e justifica totalmente a outra. “Pois tanto o que santifica como os que são santificados, vêm todos de um só; por esta causa ele não se envergonha de lhes chamar irmãos” (Hebreus 2:11). Como a Cabeça do Concerto de Seu povo, Cristo esteve tão relacionado a eles que suas responsabilidades necessariamente chegam a ser Suas, e nós estamos tão relacionados a Ele que Seus méritos necessariamente chegam a ser nossos. Assim, como dissemos em um capítulo anterior, três palavras nos dão a chave e resumem toda a transação: substituição, identificação e imputação - todas as

quais descansam na união do concerto. Cristo foi substituído por nós, porque Ele é um conosco - identificado conosco, e nós com Ele. Assim Deus nos trata como ocupando o lugar de Cristo de mérito e aceitação. Possa o Espírito Santo outorgar tanto ao escritor como ao leitor um coração tão aderido a esta maravilhosa e bendita verdade, que uma transbordante gratidão nos possa guiar a uma mais completa fidelidade Àquele que nos amou e a Si mesmo Se deu por nós.

CAPÍTULO 5 - SUA ORIGEM

Revisemos aqui, brevemente, o terreno que já temos coberto. Temos visto, primeiro, que “justificar” significa declara justo. Não é um labor Divino, mas um veredicto Divino, a sentença da Corte Suprema, declarando que o justificado está perfeitamente conformado a todos os requerimentos da lei. A justificação assegura ao crente que o Juiz de toda a terra está a favor dele, e não contra ele: aquela própria justiça está do seu lado. Segundo, nos estendemos no grande problema aparentemente sem solução que através disso é causado: como um Deus da verdade pode declarar justo a alguém que é completamente desprovido de justiça, como Ele pode receber em Seu favor judicial a alguém que é um criminoso culpado, como Ele pode exercer a misericórdia sem insultar a justiça, como Ele pode ser misericordioso e ainda fazer cumprir as altas demandas de Sua Lei. Terceiro, mostramos que a solução a este problema é encontrada na perfeita satisfação à Lei Divina que o Filho encarnado rendeu, e que sobre a base daquela satisfação Deus pode verdadeira e justamente declarar justo a todo o que verdadeiramente crê no Evangelho.

Em nosso último artigo assinalamos que a satisfação que Cristo fez à Lei Divina consiste de duas partes distintas, respondendo à dupla necessidade do que deve ser justificado. Primeiro, como uma *criatura* responsável estou debaixo do obrigatório compromisso de guarda a lei - amar a Deus com todo o meu coração e ao meu próximo como a mim mesmo. Segundo, como um *criminoso* estou debaixo da condenação e maldição daquela lei que constantemente tenho transgredido em pensamento, palavra e obra. Portanto, se outro fosse atuar como meu fiador e fazer reparação por mim, ele deveria obedecer perfeitamente todos os preceitos da lei, e então suportar a terrível penalidade da lei. Isto é exatamente o que foi empreendido e cumprido pelo Senhor Jesus em Sua vida virtuosa e morte vicária. Cada demanda da lei foi cumprida por Ele; por Ele cada obrigação do crente foi completamente obedecida.

Tem sido objetado por alguns que a obediência de Cristo não podia ser imputada à conta de outros, por haver sido “nascido sob a lei” (Gálatas 4:4) como *homem*, Ele *devia* estar submetido à lei por Sua própria conta. Ele é um sério erro, surgido por uma falha em reconhecer as características absolutamente únicas do Homem Cristo Jesus. À diferença de nós, Ele nunca esteve debaixo do Paco Adâmico, e portanto não devia nada à lei. Além disso, a humanidade de Cristo nunca teve uma existência separada: no ventre da virgem o Filho eterno tomou a semente de Maria em união com Sua Divindade, de forma que enquanto o primeiro homem foi da terra, terreno, “o segundo Homem, que é o *Senhor, é do céu*” (1 Coríntios 15:47, versão King James, utilizada pelo autor), e em si mesmo Ele foi infinitamente superior à lei, não devendo nada a ela, sendo pessoalmente possuidor de todas as excelências da Divindade. Embora Ele tenha caminhado nesta terra, “nEle habita corporalmente toda a plenitude da Divindade”.

Foi inteiramente por causa de Seu povo que o Deus-Homem Mediador foi “nascido sob a lei”. Foi com o fim de obter para eles uma perfeita justiça, que seria posta em sua conta, que Ele tomou sobre Si mesmo a forma de um servo e chegou a ser “obediente até a morte”. O que foi dito acima proporciona a resposta a outra ridícula objeção que tem sido feita contra esta bendita verdade, ou seja, que se a obediência do Homem Cristo Jesus fosse transferível, ela estaria disponível *somente para outro único homem*, vendo que de cada ser humano ser requer obedecer a lei, e que se a obediência vicária fosse aceitável a de Deus então, deveria existir tantos fiadores separados como crentes

que seriam salvos. O que seria verdadeiro se o “fiador” fosse *meramente* humano, porém visto que o Fiador providenciado por Deus é o Deus-Homem Mediador, Sua justiça é de valor infinito, porque a lei foi *mais* “honrada e magnificada” pela obediência do “Senhor que é do céu” do que se cada membro da raça humana tivesse lhe guardado perfeitamente. A justiça do Deus-Homem Mediador é de valor infinito, e portanto disponível para tantos como Deus Se compraz em imputá-la.

O valor ou mérito de uma ação aumenta em proporção à dignidade da pessoa que a executa, e Quem obedeceu no lugar e em vez do crente não foi somente um homem santo, mas o Filho do Deus vivo. Demais, que fique firmemente sustentado que a obediência que Cristo rendeu à lei foi inteiramente *voluntária*. Antes de Sua encarnação, Ele não estava obrigado a guardar a lei, porque Ele mesmo (sendo Deus) estabeleceu essa lei. Sua existência, nascendo de uma mulher e nascido sob a lei, foi inteiramente um *ato livre* de Sua parte. Nós vimos à existência e fomos postos debaixo da lei sem nosso consentimento; porém o Senhor do Céu existiu antes de Sua encarnação, e assumiu nossa natureza por Sua ação voluntária: “Eis aqui venho...Deleito-me em fazer a tua vontade” (Salmos 40:7,8). Nenhuma outra pessoa poderia usar uma linguagem assim, por esta claramente se denota uma *liberdade* para atuar ou não atuar, que uma simples criatura não possui. O pôr-Se a Si mesmo sob a lei e o render obediência a ela, foi baseado somente em Sua própria ação voluntária. Sua obediência foi portanto uma “oferenda voluntária, e portanto como Ele não estava obrigado a obedecer a lei por alguma obrigação prévia, nem de nenhum modo era necessária para Si mesmo, ela está disponível para ser imputada a outros, para que eles possam ser recompensados por ela.

Se, então, o leitor tem sido capaz de seguir-nos com atenção nas observações feitas acima, deve estar claro para ele que quando a Escritura fala de Deus “justificando o ímpio”, o significado é que o pecado crente é trazido a uma totalmente *nova relação com a lei*; que em consequência da justiça de Cristo sendo-lhe transferida, ele é agora livrado de toda dívida de castigo, e lhe é dado um direito a toda a recompensa merecida pela obediência de Cristo. Bendita, bendita verdade para o conforto do Cristão *conscencioso* que diariamente geme debaixo de um sentimento de suas lamentáveis falhas e que se enluta por causa de sua falta de semelhança prática à imagem de Cristo. Satanás está sempre pronto para envergonhar a alguém como este, e lhe dizer que sua profissão de fê é vã. Porém é o privilégio do crente derrotar-lhe pelo “sangue do Cordeiro” (Apocalipse 12:11) - recordando novamente que Outro pagou por todos seus pecados, e que apesar de seus inumeráveis defeitos, ele continua permanecendo “aceito no Amado” (Efésios 1:6). Se estou descansando verdadeiramente na obra consumada de Cristo por mim, o Diabo não pode acusar-me exitosamente de nada diante de Deus; de qualquer forma, se eu estiver andando descuidadamente, Ele permitirá que o Maligno acuse minha consciência com pecados dos quais não me arrependi e não confessei.

Em nosso último capítulo, tratando a *natureza* da justificação, vimos que os elementos constitutivos desta benção Divina são dois, um que é de caráter negativo, e outro positivo. A benção negativa é o cancelamento da culpa, ou a remissão dos pecados - o registro completo das transgressões à lei por parte do crente, mantidas no registro Divino das causas para julgar, tem sido apagado pelo precioso sangue de Cristo. A benção positiva é a concessão ao crente de um inalienável título à recompensa que a obediência de Cristo mereceu por ele - a recompensa é a vida, o favor judicial de Deus, o próprio Céu. A sentença inalterável da lei é “o homem que fizer estas coisas, viverá por elas” (Romanos 10:5). Como lemos em Romanos 7:10, “o mandamento que era para

vida". É exatamente tão verdadeiro que a obediência à lei assegurava a vida, como a desobediência assegurava a morte. Quando o jovem rico perguntou a Cristo, "que bem farei para conseguir a vida eterna?", Ele respondeu, "Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos" (Mateus 19:16,17).

Foi porque Seu povo falhou em "guardar os mandamentos" que o Deus-Homem Mediador foi "nascido sob a lei", e a obedeceu por eles. E portanto sua *recompensa* de "vida" é devida àqueles que tenham a Ele como Fiador; sim!, devida ao próprio Cristo para concedê-la a eles. Portanto quando o Fiador declarou "Eu glorifiquei-te na terra, tendo consumado a obra que me deste a fazer" (João 17:4), recorda ao Pai que Ele daria "a vida eterna a todos quantos Lhe deste" (verso 2). Porém mais, sobre o fundamento da justiça, Cristo demanda que Seu povo seja levado ao céu, dizendo, "Pai, aqueles que me deste quero que, onde eu estiver, também eles estejam comigo". (João 17:24) - *Ele* reivindica a vida eterna para *Seu povo* sobre a base de Sua obra consumada, como a *recompensa* de Sua obediência.

"Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para *justificação de vida*" (Romanos 5:18). A ofensa do primeiro Adão trouxe a maldição da lei quebrada sobre toda a raça humana; porém a satisfação do último Adão assegurou a benção da lei cumprida sobre todos os que Ele representou. Juízo para condenação é um termo legal que significa morte eterna, o salário do pecado; o "dom gratuito" afirma que uma justificação pela graça é concedida a todos seus receptores - sendo a "*justificação de vida*" a consequência do dom, paralelo com "reinarão em vida por um só, Jesus Cristo" (verso 17). A sentença da justificação adjudica e dá direito a seu objeto à vida eterna.

Tendo já considerado as duas grandes benções que chegam ao crente em sua justificação - libertação da maldição da lei (morte) e um direito à benção da lei (morte) - procuremos agora captar uma visão da *fonte* originária da qual ela procede. Ela é a livre, pura e soberana *graça* de Deus: como está escrito "sendo justificados gratuitamente por Sua graça" (Romanos 3:24). O que é graça? É o favor de Deus imerecido e não influenciado, mostrado para o indigno e merecedor do inferno: nem mérito humano, nem obras ou bom vontade a atraem, nem a falta deles a repele ou obstrui. Que poderia haver em mim para ganhar a consideração favorável dAquele que é demasiado puro para contemplar o mal, e movê-Lo a justificar-me? Nada, o que quer que seja; pelo contrário, tudo que havia em mim estava dirigido para fazer que Ele me abominasse e destruísse - a minha justiça própria se esforça para ganhar um lugar no Céu, merecendo somente um lugar no sombrio Inferno. Se então, eu vir a ser alguma vez "justificado" por Deus, isto deve ser por pura graça, e por esta somente.

A graça é a própria essência do Evangelho - a única esperança para os homens caídos, o único conforto para do santos que passam por muitas tribulações em seu caminhar para o reino de Deus. O Evangelho é o anúncio de que Deus está preparado para tratar com os rebeldes culpados sobre o fundamento do favor gratuito, por pura bondade; o anúncio de que Deus apagará o pecado, cobrindo ao pecador crente com um manto de justiça sem mancha, e o receberá como um filho aceito: não por causa de algo que ele tenha feito ou fará, mas por misericórdia soberana, atuando independentemente do próprio caráter do pecador e os merecimentos do castigo eterno. A justificação é perfeitamente gratuita no que concerne a nós, não sendo requerido *nada* de nós para efetuá-la, nem no

sentido do preço ou satisfação, nem no de preparação ou adequação. Não temos nem o mais leve grau de mérito para oferecer como a base de nossa aceitação, e portanto se Deus nos aceita, isto deve ser por causa de graça sem mistura com obras.

É como “o Deus de toda graça” (1 Pedro 5:10) que Jeová justifica o ímpio. É como “o Deus de toda graça” que Ele busca, encontra e salva Seu povo: não lhes pedindo nada, dando-lhes tudo. Isto é notavelmente apresentado com a palavra “sendo justificados *gratuitamente* por Sua graça” (Romanos 3:24), sendo o propósito desse advérbio [gratuitamente] o excluir toda consideração de algo em nós ou a partir de nós que seria a causa ou condição de nossa justificação. Esse mesmo advérbio grego é traduzido por “sem causa” em João 15:25 - “odiaram-me sem causa”. O ódio do mundo a Cristo foi “*sem causa*” no que se referia a Ele: não havia nada nEle que, no mais leve grau, merecesse a inimizade deles contra Ele: não havia nada nEle injusto, perverso ou mal: em vez disso, tudo nEle era puro, santo e amável. Do mesmo modo, não há nada em nós para causar a aprovação de Deus: por natureza não há “nada bom” em nós; mas em vez disso, tudo o que é mal, vil e abominável.

“Sendo *justificados sem causa* por Sua graça”. Como isto revela o verdadeiro coração de Deus! Embora não houvesse motivo para movê-Lo, fora de Si mesmo, havia um dentro de Si mesmo; embora nada em nós impelisse Deus a nos justificar, Sua própria graça O moveu, de forma que Ele planejou um modo pelo qual Seu maravilhoso amor pudesse prover a saída e o escape ao principal dos pecadores, ao mais vil dos rebeldes. Como está escrito, “Eu, eu mesmo, sou o que apago as tuas transgressões *por amor de mim*, e dos teus pecados não me lembro” (Isaias 43:25). Maravilhosa, incomparável graça! Não podemos nem por um momento buscar fora da graça de Deus algum motivo ou razão pela qual Ele deveria ter fixado Seu olhar em nós, menos ainda de ter consideração por tão miseráveis ímpios.

Então, a primeira causa movedora, que inclinou Deus a mostrar misericórdia a Seu povo em sua condição arruinada e perdida, foi Sua própria maravilhosa graça - não perdida, não influenciada e não merecida por nós. Ele poderia com justiça ter-nos deixados completamente expostos à maldição da Sua Lei, sem prover-nos nenhum Fiador para nós, como fez com os anjos caídos; porém, tal foi Sua graça para conosco que “ao Seu próprio Filho não poupou”. “Não pelas obras de justiça que houvéssemos feito, mas segundo a sua misericórdia, nos salvou pela lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo; Que abundantemente ele derramou sobre nós por Jesus Cristo nosso Salvador; Para que, sendo justificados pela sua *graça*, sejamos feitos herdeiros segundo a esperança da vida eterna” (Tito 3:5-7). Foi Seu próprio favor soberano e Sua boa vontade que moveram Deus a criar este maravilho plano e método de justificação.

Contra o que tem sido dito acima, tem sido objetado pelos Socinianos [N.T.: partidários dos ensinamentos de Faustus Socinus] e seus imitadores que isto não pode ser: se o pecador crente é justificado sobre as bases de uma completa satisfação que tem sido paga para Deus em favor dele por um fiador, então sua libertação da condenação e sua recepção dentro do favor judicial de Deus dever ser um ato de pura justiça, e portanto não poderia ser pela graça. Ou, se a justificação fosse um ato da *graça* divina, então um fiador não pode haver obedecido a lei em lugar do crente. Porém isto é confundir duas coisas distintas: a relação de Deus com Cristo o Fiador, e a relação de Deus comigo o pecador. Foi a *graça* que transferiu meus pecados a Cristo; foi a justiça que castigou Cristo por causa daqueles pecados. Foi a graça que me destinou a bem-aventurança

eterna; é a *justiça para com Cristo* que exige que eu desfrute o que Ele adquiriu para mim.

Para o pecador, a justificação é um ato de favor gratuito imerecido; porém para Cristo, como um Fiador do pecador, é um ato de justiça que a vida eterna seria dada àqueles por quem foi feita Sua satisfação meritória. Primeiro, foi por pura graça que Deus *desejou aceitar* uma satisfação das mãos de um fiador. Ele poderia ter exigido o pagamento da dívida de nossas próprias pessoas, e então nossa condição teria sido igualmente tão miserável como a dos anjos caídos, para os quais não foi provido nenhum mediador. Segundo, foi pela maravilhosa graça que o próprio Deus *proveu* um Fiador para nós, o que não poderíamos ter feito. As únicas criaturas que são capazes de realizar uma perfeita obediência são os santos anjos, porém nenhum deles poderia ter assumido e saldado nossas dívidas, porque eles não são semelhantes a nós, já que não possuem a natureza humana, e portanto são incapazes de morrer. Mesmo que um anjo houvesse se encarnado, sua obediência à lei não poderia ter sido aproveitável por todos os eleitos de Deus, porque esta não teria possuído um valor *infinito*.

Ninguém, senão uma pessoa Divina tomando a natureza humana em união com a Sua poderia apresentar a Deus uma satisfação adequada para a redenção de Seu povo. E era impossível para os homens ter achado aquele Mediador e Fiador: isto deve ter seu surgimento em Deus, e não a partir de nós: foi Ele quem “achou” um resgate (Jó 33:24) e pôs o socorro sobre Um que é “poderoso” (Salmos 89:19). Em último lugar, foi pela *maravilhosa* graça que o Filho esteve disposto para cumprir uma obra semelhante por nós, sem cujo consentimento a justiça de Deus não poderia ter exigido a dívida dEle. E Sua graça é mais notável porque Ele conheceu de antemão toda a indizível humilhação e o sofrimento incomparável que encontraria no cumprimento desta obra, mesmo assim isso não lhe fez mudar de opinião; nem Ele desconhecia o caráter daqueles por quem Ele morreria - o culpado, o ímpio, o merecedor do inferno; todavia Ele não retrocedeu.

“Oh à graça que grande devedor,
Diariamente constrangido sou!
Permita que Tua graça, Senhor, como um grilhão,
Sujeite a Ti meu errante coração”.

CAPÍTULO 6 - SEUS OBJETOS

Agora temos chegado a um ponto em nossa discussão deste importante tema onde é oportuno que façamos a pergunta: *Quem são aqueles* a quem Deus justifica? A resposta a esta questão necessariamente variará de acordo com a posição mental em que nos situemos. Do ponto de vista dos decretos eternos de Deus a resposta deve ser, *os eleitos de Deus*: Romanos 8:33. Do ponto de vista dos efeitos produzidos pelas operações vivificantes do Espírito Santo a resposta deve ser, *aqueles que crêem*: Atos 13:39. Porém do ponto de vista do que são, considerados neles em si mesmos, a resposta deve ser, *os ímpios*: Romanos 4:5. As pessoas são as mesmas, todavia, contempladas em três diferentes relações. Porém, aqui se apresenta uma dificuldade: Se a fé é essencial para a justificação, e se um pecador caído deve ser vivificado pelo Espírito Santo antes que ele possa crer, então, com que propriedade pode uma pessoa regenerada, com a graça espiritual da fé já em seu coração, ser descrita como “ímpia”?

A dificuldade assinalada acima é autocriada. Ela surge de confundir coisas que diferem completamente. É o resultado de introduzir o estado experimental da pessoa justificada, quando a justificação tem a ver somente com seu status judicial. Enfatizaremos uma vez mais a vital importância de manter uma distinção absoluta em nossas mentes entre os aspectos objetivos e os aspectos subjetivos da verdade, o legal e o experimental: a menos que isto seja firmemente feito, nada senão confusão e erro podem marcar nosso pensamento. Quando contemplando o que ele é em si mesmo, considerado só, cristão ainda clama lastimavelmente: “Oh miserável homem que sou”; mas quando ele se vê a si mesmo em Cristo, como justificado de todas as coisas, ele triunfantemente exclama: “quem tentará acusação contra mim”?

Acima, temos assinalado que desde o ponto de vista dos decretos eternos de Deus a resposta à questão: “Quem são aqueles a quem Deus justifica? deve ser “os eleitos”. E isto nos traz a um ponto no qual alguns eminentes Calvinistas têm errado ou, pelo menos, se expressaram imperfeitamente. Alguns dos mais antigos teólogos, quando expuseram esta doutrina, contenderam pela eterna justificação dos eleitos, afirmando que Deus lhes declarou justos antes da fundação do mundo, e que sua justificação foi real e completa, permanecendo assim através de sua história no tempo, até durante os dias de sua não regeneração e incredulidade; e que a única diferença que sua fé fez, foi manifestar em suas consciências a eterna justificação de Deus. Este é um erro sério, resultante (novamente) de uma falha em distinguir entre coisas que diferem.

Como um ato imanente da mente de Deus, na qual *todas* as coisas (as quais são para nós passado, presente e futuro) foram conhecidas por Ele, os eleitos poderiam ser ditos terem sido justificados desde toda a eternidade. E, como um ato *imutável* da vontade de Deus, que não pode ser frustrado, o mesmo pode ser dito novamente. Porém não como uma sentença real, formal e histórica pronunciada por Deus sobre nós. Devemos distinguir entre a contemplação de Deus sobre os eleitos segundo o *propósito* de Sua graça, e os objetos da justificação que estão debaixo da sentença da lei: no passado, Ele amou a Seu povo com um amor eterno (Jeremias 31:3); no mais recente, “éramos por natureza filhos da *ira*, como os outros também” (Efésios 2:3). Até que eles creiam, cada descendente de Adão “já está condenado” (João 3:18, e estar debaixo da condenação de Deus é o verdadeiramente oposto de ser justificado).

Em seu volumoso tratado sobre a justificação, o Puritano Thomas Goodwin faz claras algumas distinções vitais, as quais, se forem cuidadosamente observadas nos preservarão do erro neste ponto: “1. No concerto eterno. Podemos dizer de toda benção espiritual em Cristo o que é dito do próprio Cristo, que suas 'saídas são desde a eternidade'. Somos justificados, então, primeiramente quando fomos eleitos, porém não em nossas próprias pessoas, mas em nossa Cabeça (Efésios 1:3). 2. Existe um ato posterior de nossa justificação, que passou de Deus a nós em Cristo, por Seu pagamento e execução em Sua ressurreição (Romanos 4:25, 1 Timóteo 3:16). 3. Mas estes dois atos de justificação estão inteiramente fora de nós, permanecem como atos imanentes em Deus, e ainda que eles nos concernem e são para nós, contudo não são atos de Deus sobre nós, eles são realizados apontando para nós não como realmente existindo em nós mesmos, mas somente como existindo em nossa Cabeça, quem pactuou para nós e nos representou: assim, ainda que por esses atos somos postos em possessão de um direito e título para a justificação, todavia o benefício e a possessão daquele estado nós não temos sem um último ato que transmita-os para nós”.

Antes da regeneração somos justificados por existir somente em nossa Cabeça, como um feudatário (alguém que entrega um privilégio), posta em depósito para nós, como meninos menores de idade. Em adição a isto, “estamos por ser em nossas próprias pessoas, ainda que o sejamos através de Cristo, possuidores dela, e por ter todos os títulos e evidências dela encarregados à custódia e apreensão de nossa fé. Somos em nossas próprias pessoas feitos verdadeiros proprietários e desfrutamos dela, o que é imediatamente feito naquele instante quando nós primeiramente cremos; tal ato (de Deus) é a completação e consumação dos dois anteriores, e é aquela grande e famosa justificação pela fé sobre a qual a Escritura tanto inculca - note o “agora” em Romanos 5:9,11; 8:11...Deus se faz de juiz e declara a Seus eleitos ímpios e não justificados até que eles creiam” (Ibid.).

Os eleitos de Deus entram neste mundo exatamente nas mesmas condições e circunstâncias que entram os não eleitos. Eles são “por natureza filhos da ira, como os outros também” (Efésios 2:3), isto é, que eles estão debaixo da condenação de seu pecado original em Adão (Romanos 5:12,18,19) e estão debaixo da maldição da Lei de Deus por causa de suas próprias constantes transgressões dela (Gálatas 3:10). A espada da justiça divina está suspensa sobre suas cabeças, e as Escrituras os denunciam como rebeldes contra o Altíssimo. Até aqui, não há nada para distingui-los daqueles que estão “preparados para destruição”. Seu estado é angustiante até o último grau, sua situação é perigosa além do que as palavras possam expressar; e quando o Espírito Santo lhes desperta do sono da morte, a primeira mensagem que chega aos seus ouvidos é: “Fugi da ira vindoura”. Porém como e para onde, eles, por enquanto, não o sabem. Então é que eles estão prontos para a mensagem do Evangelho.

Voltemos agora à mais imediata resposta a nossa pergunta inicial, Quem são aqueles aos que Deus justifica? Uma clara resposta é dada em Romanos 4:5: “Aquele que justifica ao” - a quem? ao santo, ao fiel, ao frutífero? não, muito pelo contrário: “Aquele que justifica ao ímpio”. Que palavra forte, ousada, e surpreendente é esta! Esta se faz todavia mais enfática quando observarmos o que antecede: “Mas, àquele que não pratica, porém crê nAquele que justifica o ímpio”. Os sujeitos da justificação, então, são visto em si mesmos, aparte de Cristo, não somente desprovidos de uma perfeita justiça, mas como não tendo obras aceitáveis em sua conta. Eles são denominados, e considerados como ímpios quando a sentença da justificação é pronunciada sobre eles.

O mero pecador é o sujeito no qual a graça é magnificada, para o qual a graça reina na justificação!

“Dizer, o que não pratica é justificado através da fé, é dizer que suas obras, qualquer que sejam elas, não têm influência em sua justificação, nem tem Deus, ao justificar-lhe, nenhuma consideração para com elas. Portanto o que não pratica, é o sujeito da justificação, a pessoa a ser justificada. Isto é, Deus não considera as obras do homem, nem os deveres de obediência do homem, em sua justificação; vendo que somos justificados gratuitamente por sua graça” (John Owen). Aqueles a quem Deus justifica, em Sua preciosa misericórdia, não são os obedientes, mas os desobedientes; nem aqueles que têm sido leais e amorosos súditos de Seu justo governo, mas aqueles que intrepidamente Lhe desafiam e pisoteiam Suas leis debaixo de seus pés. Aqueles a quem Deus justifica são os pecadores perdidos, encontrando-se em um estado de deserção dEle, sob uma perca da justiça original (em Adão) e por suas próprias transgressões declarados culpados diante de Seu tribunal (Romanos 3:19). Eles são esses que por caráter e conduta não têm reivindicação sobre a benção divina, e não merecem nada senão um juízo sem misericórdia da mão de Deus.

“Aquele que justifica ao ímpio”. É deplorável ver quantos comentaristas capazes têm debilitado a força destas palavras afirmando que, ainda que o sujeito da justificação seja “ímpio” até o tempo de sua justificação, ele não é assim no momento da própria justificação. Eles argumentam que, posto que o sujeito da justificação é um crente no momento de sua justificação e que o crer pressupõe a regeneração - uma obra da graça divina operada no coração - ele não poderia ser designado “ímpio”. Esta aparente dificuldade é tirada imediatamente recordando que aquela justificação é inteiramente um assunto legal e de nenhum modo algo experimental. Ante a vista da Lei de Deus cada um a quem Deus justifica é “ímpio” até que a justiça de Cristo seja posta sobre ele. A terrível sentença de “ímpio” repousa como verdadeira sobre a mais pura virgem tanto como sobre a prostituta mais imunda até que Deus atribua a ela a obediência de Cristo.

“Aquele que justifica ao ímpio”. Estas palavras não podem significar menos que o fato de que Deus, no ato da justificação, não tem nenhuma consideração a alguma coisa boa existente à crédito da pessoa que Ele justifica. Elas declaram, enfaticamente, que imediatamente antes daquele ato divino, Deus considera o sujeito somente como injusto, ímpio, malvado, assim que nada bom, seja na ou pela pessoa justificada, pode ser a base ou a razão sobre a qual Ele o justifica. Isto é ainda mais evidente pelas palavras “àquele que não pratica”: que isto inclui não somente as obras que a lei cerimonial requer, mas todas as obras de moralidade e santidade, surge do fato de que à mesma pessoa de quem se diz que “não pratica” é designada “ímpia”. Finalmente, vendo que a fé pertence à justificação, se diz aqui que é “contada por [ou “para”] justiça”, é claro que a pessoa a quem é imputada a “justiça”, está destituída de justiça em si mesma.

Uma passagem paralela à que tem estado neste momento diante de nós é encontrada em Isaías 43. Ali ouvimos a Deus dizendo: “Eu, eu mesmo, sou o que apaga as tuas transgressões por amor de mim e dos teus pecados me não lembro” (v. 25). E a quem Deus diz isto? Aqueles que tem se esforçado sinceramente para agradar-Lhe? Para aqueles que, ainda que tenham sido ocasionalmente surpreendidos em alguma falta, no essencial tem Lhe servido fielmente? Não, certamente; muito longe disso. Em lugar disso, no contexto imediato encontramos Ele lhes dizendo: “Contudo, tu não me invocaste a mim, ó Jacó, mas te cansaste de mim, ó Israel...Não me compraste por

dinheiro cana aromática, nem com a gordura dos teus sacrifícios me encheste, mas me deste trabalho com os teus pecados e me cansaste com as tuas maldades” (vers. 22,24). Eles eram, então, inteiramente “ímpios”; todavia a eles o Senhor declarou: “ “Eu, eu mesmo, sou o que apaga as tuas transgressões” - porque?. Por causa de algo bom neles ou a partir deles? Não, “ por amor de Mim”.

Uma confirmação adicional do que vimos em Romanos 4:5 é encontrada tanto no que imediatamente precede este versículo como no que segue. Nos versos 1-3 o caso de Abraão é considerado, e a prova dada de que ele não foi “justificado pelas obras”, mas sobre a base da justiça sendo imputada a ele por sua fé. “Então se uma pessoa de fé tão vitoriosa, de sublime piedade, e de surpreendente obediência como a sua, não obteve aceitação com Deus por causa de suas próprias obras, senão por uma justiça imputada, quem pretenderá uma participação nas bênçãos celestiais, em virtude de seus próprios sinceros esforços, ou ações piedosas? - ações não apropriadas para ser mencionadas, em comparação com aquelas que adornaram a conduta e o caráter do amigo de Jeová” (A. Booth).

Tendo mostrado que o pai de todos os crentes foi considerado pelo Senhor como uma pessoa “ímpia”, não tendo boas obras à seu crédito no momento de sua justificação, o Apóstolo logo citou a descrição que Davi faz do homem que é verdadeiramente bem-aventurado. “E como o descreve o Salmista real? A que atribui sua aceitação diante de Deus? A uma justiça inerente ou a uma justiça imputada? Ele o representa como chegando ao estado de felicidade, e como desfrutando o precioso privilégio, em consequência de cumprir uma sincera obediência, e de guardar a lei com todas as suas forças? Não há tal coisa. Suas palavras são: 'Bem-aventurados aqueles cujas maldades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos. Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa o pecado.' (vers. 7-8). O homem bem-aventurado é aqui descrito como um que é, em si mesmo, uma criatura contaminada, e um criminoso culpado. Como um que, antes que a graça fizesse a diferença, estava no mesmo nível do resto da humanidade; igualmente indigno, e igualmente miserável: e o escritor sagrado nos informa que toda sua bem-aventurança provém de uma justiça imputada” (A. Booth).

“Aquele que justifica ao ímpio”. Aqui está o verdadeiro coração do Evangelho. Muitos têm argumentado que Deus somente pode declarar justos, e tratar-lhes como tais àqueles que são justos em si mesmos; porém se isto está fosse assim, que boas notícias haveriam para os homens pecadores? Os inimigos da Verdade insistem que seria uma ficção judicial se Deus declara justos a quem Sua lei condena. Porém Romanos 4:5 dá a conhecer um milagre divino: algo que só Deus poderia ter obtido. O milagre anunciado pelo Evangelho é que Deus chega ao ímpio com uma misericórdia que é justa, e apesar de toda sua depravação e rebelião, lhes permite através da fé (sobre a base da justiça de Cristo) entrar em uma nova e bem-aventurada relação com Ele mesmo.

As Escrituras falam de misericórdia, porém esta não é uma misericórdia que vem a compensar os defeitos e a perdoar os deslizes dos virtuosos, mas uma misericórdia que alcança através de Cristo ao principal dos pecadores. O Evangelho que proclama misericórdia através do pagamento realizado pelo Senhor Jesus se distingue de todo sistema religioso humano, por oferecer salvação ao mais culpado da raça humana, pela fé no sangue do Redentor. O Filho de Deus veio a este mundo não somente para salvar aos pecadores, mas até mesmo para o principal dos pecadores, o pior de Seus inimigos. Misericórdia é estendida livremente ao mais violento e determinado rebelde. Aqui, e

somente aqui, há um refúgio para o culpado. Se o temeroso leitor é consciente de que é um grande pecador, então essa é a verdadeira razão pela qual tu deves vir a Cristo: quando maiores forem seus pecados, maior é sua necessidade do Salvador.

Há alguns que parece que pensam que Cristo é um médico que pode curar somente aos pacientes que não estejam gravemente enfermos, que há alguns casos tão desesperados que são incuráveis, fora de Sua capacidade. Que afronta a Se poder, que negação de Sua suficiência. Onde pode se encontrar um caso mais extremo que aquele do ladrão na cruz? Ele estava realmente a ponto de morrer, na própria beira do Inferno! Um criminoso culpado, um bandido incorrigível, justamente condenado inclusive pelos homens. Ele tinha insultado ao Salvador sofrendo ao seu lado. Todavia, no final, ele se voltou para Jesus e disse: “Senhor, lembra-te de mim”. Foi recusado seu pedido? O Médico considerou o seu caso como um sem esperança? Não, bendito seja Seu nome, Ele imediatamente respondeu: “Hoje estarás comigo no Paraíso”. Somente a incredulidade exclui ao mais vil do céu.

“Aquele que justifica ao ímpio”. E como pode o Deus três vezes santo fazer uma coisa semelhante justamente? Porque “Cristo morreu pelos Ímpios” (Romanos 5:6). A justa graça de Deus vem a nós pela Obra do Senhor Jesus de honrar a lei, satisfazer a justiça e expiar o pecado! Aqui, então, está a verdadeira essência do Evangelho: a proclamação da maravilhosa graça de Deus, a declaração da generosidade divina, totalmente independente do valor ou mérito humano. Na grande Satisfação de Seu Filho, Deus fez “chegar a SUA justiça” (Isaías 46:13. “Não necessitamos subir ao céu para obtê-la; o que implicaria que Cristo nunca desceu. Nem necessitamos ir ao profundo da terra; o que significaria que Cristo nunca foi enterrado e que nunca foi levantado. Ela está próxima. Não necessitamos nos esforçar para trazê-la para perto, nem fazer nada para atraí-la para nós. Ela está próxima...A função da fé não é operar, mas parar de operar; não é fazer algo, mas apropriar-se de tudo aquilo que está feito” (A. Bonar).

A fé é o único vínculo entre o pecador e o Salvador. A fé não é como uma obra, que deve ser apropriadamente feita para nos habilitar para o perdão. A fé não é como um dever religioso, que deve ser executado de acordo com certas regras para induzir Cristo a nos dar os benefícios de Sua obra consumada. Não, mas fé é simplesmente como uma mão vazia estendida, para receber tudo de Cristo de graça. Leitor, tu podes ser o verdadeiro “principal dos pecadores”, porém seu caso não é sem esperança. Tu podes ter pecado contra muita luz, grandes privilégios, excepcionais oportunidades; pode ter quebrado cada um dos Dez Mandamentos com o pensamento, palavras e obras; seu corpo pode estar cheio de padecimentos pela maldade, sua cabeça branca com o inverno da velhice; tu já podes ter um pé no inferno; e ainda agora, se toma seu lugar ao lado do ladrão moribundo, e confia na eficácia divina do precioso sangue do Cordeiro, tu será como um tição tirado do fogo. Deus “justifica ao ímpio”. Aleluia! Se Ele não o fizesse, este escritor já estaria no Inferno há muito tempo atrás.

CAPÍTULO 7 - SEUS INSTRUMENTOS

“Sendo justificados gratuitamente pela sua graça” (Romanos 3:24); “sendo agora justificados pelo Seu sangue” (Romanos 5:9); “Sendo, pois, justificados pela fé” (Romanos 5:1). Uma completa exposição da doutrina da justificação requer que cada uma destas expressões seja interpretada em seu sentido escriturístico, e que sejam combinadas em suas verdadeiras relações para formar um conjunto harmonioso. A menos que estas três frases sejam cuidadosamente distinguidas é certo que haverá confusão; a menos que as três sejam firmemente levadas em consideração, com certeza cairemos em erro. Deve-se dar o valor devido a cada uma, porém nenhuma deve ser entendida em uma forma que sua força anule a das outras. Esta não é de modo algum uma tarefa simples; de fato, ninguém exceto um verdadeiro mestre (isto é, um teólogo espiritual) que tem dedicado uma vida inteira ao estudo completo das Escrituras está qualificado para isto.

“A justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo” (Romanos 3:22); “O homem é justificado pela fé, sem as obras da lei” (Romanos 3:28); “temos também crido em Jesus Cristo, para sermos justificados pela fé de Cristo e não pelas obras da lei, porquanto pelas obras da lei nenhuma carne será justificada” (Gálatas 2:16). Qual é o lugar preciso e a influência que tem a fé nos importantes assuntos da justificação? Qual é a natureza exata ou a característica da fé que justifica? Em que sentido particular temos que entender estas palavras de que somos “justificados pela fé”? e qual é a conexão entre esta proposição e o postulado que somos “justificados pela graça” e “justificados pelo Seu sangue”? Estes são assuntos que requerem o maior cuidado. A natureza da fé que justifica requer ser bem definida para que sua ação particular seja corretamente vista, porque é fácil errar aqui em prejuízo da honra e glória de Cristo, que não devem ser dadas a outro - não, nem sequer à própria fé.

Muitos que pretendem ser mestres têm errado neste ponto, pela tendência comum da natureza humana de atribuir a si mesma a glória que pertence somente a Deus. Embora haja aqueles que têm rejeitado a idéia não escriturística de que podemos ser justificados diante de Deus por nossas próprias obras, todavia, não poucos destes mesmos homens praticamente fazem de sua própria fé um salvador. Não somente alguns têm falado da fé como se ela fosse uma contribuição que Deus requer do pecador para fazer possível sua própria salvação - a última e pequena quantidade do que era necessário para saldar o preço de sua redenção; mas também outros (que zombam dos teólogos e se ostentam de seu entendimento superior das coisas de Deus) têm insistido que a própria fé é o que nos faz justos diante de Deus, considerando Ele a fé como justiça.

Um deplorável exemplo do que acabamos de mencionar é o que encontramos nos comentários sobre Romanos 4 pelo Sr. J. N. Darby, o pai dos Irmãos de Plymouth: “Esta foi a fé de Abraão. Ele creu na promessa de que seria o pai de muitas nações, porque Deus o disse, confiando no poder de Deus, glorificando assim, sem pôr em dúvida nada do que Ele tinha dito, ao olhar para as circunstâncias; portanto, *isto* também lhe foi contado por justiça. Ele glorificou a Deus de acordo com o que Deus era. Porém isto não foi escrito com respeito dele somente: a mesma *fé* será imputada a nós *por justiça*” (“Sinopses” vol. 4, p. 133 - itálico nosso). O erro que desonra a Cristo contido nestas afirmações será exposto mais adiante neste capítulo.

“Como justifica a fé o pecador diante de Deus? Resposta: A fé justifica o pecador diante de Deus, não por causa das outras graças que sempre a acompanham, nem por causa das boas obras que são os frutos dela, nem como se fosse a graça da fé, ou qualquer ato dela, que lhe é imputado para a justificação; *mas unicamente porque a fé é o instrumento* pelo qual o pecador recebe e aplica a si Cristo e a Sua justiça.” (Catecismo Maior de Westminster). Ainda que esta definição tenha sido construída há mais de duzentos e cinquenta anos atrás, ela é muito superior a quase qualquer outra definição sobre o tema, encontrado na literatura atual. É mais seguro falar da fé como o “instrumento” antes do que como uma “condição”, porque uma “condição” é geralmente usada para significar que por causa dessa condição um benefício é conferido. A fé não é nem a base nem a substância de nossa justificação, mas simplesmente a mão que recebe o dom divino que nos é oferecido no Evangelho.

Qual é o lugar preciso e a influência da fé no importante assunto da justificação? Os Romanistas respondem: ela nos justifica formalmente, não relativamente: isto é, por causa de seu valor intrínseco. Eles assinalam que a fé nunca está só, mas “que opera pelo amor” (Gálatas 5:6), e portanto sua própria excelência merece aceitação das mãos de Deus. Mas a fé do melhor é débil e deficiente (Lucas 17:5), e então nunca poderia satisfazer a lei, que requer uma perfeição total. Se a justiça fosse dada como um prêmio pela fé, seu possuidor teria motivo para jactar-se, o que é expressamente o contrário ao dito pelo Apóstolo em Romanos 3:26,27. Além disso, um método de justificação semelhante frustraria inteiramente a vida e a morte de Cristo, fazendo desnecessário Seu grande sacrifício. A fé não é como uma graça espiritual que nos justifica, mas um instrumento - a mão que toma posse de Cristo.

Em conexão com justificação, a fé não pode ser considerada como uma obra virtuosa do coração, nem como um princípio de santa obediência: “Porque a fé, em relação com nossa justificação, não considera a Cristo como Rei, estabelecendo leis, requerendo obediência, e subjugando a depravação; mas como um Substituto, satisfazendo os requerimentos da Lei divina, e como um Sacerdote expiando o pecado por Sua própria morte na cruz. Portanto, na justificação lemos da 'fé igualmente pela justiça de nosso Deus e Salvador Jesus Cristo' (2 Pedro 1:1) e da 'fé no Seu sangue' (Romanos 3:25), e os crentes são descritos como 'recebendo a reconciliação' e como 'recebendo dom da justiça' (Romanos 5:11,17). Portanto, é evidente que a fé é apresentada como tendo uma relação imediata à obra vicária de Cristo, e que não é considerada sob a noção de exercer virtude ou de cumprir uma obrigação, mas de receber um dom gratuito” (A. Booth).

Qual é a relação da fé com a justificação? A resposta Arminiana à pergunta, um pouco refinada pelos Irmãos de Plymouth, é que o ato de crer é imputado a nós por justiça. Um erro leva a outro. O Sr. Darby negou que os Gentios tivessem estado alguma vez debaixo da lei, portanto ele negou também que Cristo obedeceu a lei em lugar de Seu povo; e conseqüentemente, como a obediência vicária de Cristo não é posta na conta deles, ele teve que buscar sua justiça deles em outro lugar. Darby reivindicou encontrar este lugar na própria fé dos Cristãos, insistindo que seu ato de crer é imputado a eles “por justiça”. Para dar a sua teoria respeitabilidade, ele a vestiu com a linguagem de várias expressões encontradas em Romanos 4, apesar dele saber muito bem que o Grego não permitiu fundamento algum para o que ele construiu sobre isto.

Em Romanos 4 lemos “sua fé lhe é imputada como justiça” (v. 5), “a fé foi imputada como justiça a Abraão” (v. 9), “isso lhe foi imputada como justiça” (v. 22). Porém em cada um destes versículos a preposição Grega é “eis” que nunca significa “no lugar de”, mas sempre significa “com o intuito de, a fim de que, com o objetivo de”: tem uma força uniforme de “para”. Seu significado exato e força é inequivocadamente claro em Romanos 10:10: “com o coração se crê para [“eis”] a justiça”: isto é, o coração crente alcança e permanece agarrado do próprio Cristo. “Esta passagem (Romanos 10:10) pode nos ajudar a entender o que é a justificação pela fé, porque ela mostra que a justiça de Deus chega a nós quando abraçamos a bondade de Deus que nos é oferecida no Evangelho. Somos então, por esta razão, feitos justos: porque cremos que Deus é propício a nós por meio de Cristo” (João Calvino).

O Espírito Santo tem usado as preposições gregas com uma precisão exata. Nunca Lhe encontramos empregando “eis” em conexão com a satisfação e sacrifício de Cristo em nosso lugar, mas somente “anti” ou “huper”, que significa em lugar de. Por outro lado, “anti” e “huper” nunca são usados em conexão com nossa fé, porque a fé não é aceita por Deus em lugar da perfeita obediência. A fé deve ser a base de nossa aceitação diante de Deus, ou o meio ou instrumento pelo qual chegamos a ser participantes da verdadeira base meritória, ou seja, a justiça de Cristo; a fé não pode ter ambas relações com nossa justificação. “Deus justifica, não imputando como justiça a própria fé, o ato de crer, mas imputando a obediência e a satisfação de Cristo” (Confissão de Westminster).

Que a própria fé não pode ser a substância ou a base de nossa justificação é algo claro por muitas considerações. A “justiça de Deus (isto é, a satisfação da lei que Cristo realizou) se revela a fé” (Romanos 1:17) e portanto não pode ser a fé em si mesma. Romanos 10:10 declara “com o coração se crê para a justiça” portanto, esta justiça deve ser uma coisa distinta do crer. Em Jeremias 23:6 lemos “O SENHOR justiça nossa”, portanto a fé não pode ser nossa justiça. Não permitamos que Cristo seja destronado para exaltar a fé em Seu lugar: que não se ponha o servo acima do mestre. “Não reconhecemos justiça senão a que a obediência e a satisfação de Cristo nos rendeu: Seu sangue, não nossa fé; Sua satisfação, não nosso crer, é a substância da justificação diante de Deus” (J. Flavel). Que alterações há em nossa fé! que mistura de incredulidade em todos os tempos! é este um fundamento sobre o qual construir nossa justificação e esperança?

Talvez alguém dirá: Não estão as palavras da Escritura expressamente do lado do Sr. Darby? Não afirma Romanos 4:5 que a “fé é imputada como justiça”? Nós respondemos: Está o sentido da Escritura do seu lado? Suponhamos que eu me dedicasse a provar que Davi foi limpo da culpa pelo “hissopo” que cresce nas paredes: isso soaria ridículo. Sim; contudo, eu teria as palavras explícitas da Escritura em meu apoio: “Purifica-me com hissopo, e ficarei puro” (Salmos 51:7). Apesar da clareza destas palavras, elas não me ofereceriam, nem no mínimo grau, a aparência concebível do sentido e do espírito da Palavra de Deus. Tem acaso o hissopo - um arbusto sem valor - alguma espécie de aptidão para permanecer ao lado do sangue do sacrifício, e para fazer uma expiação pelo pecado? Não maior aptidão do que a fé para ocupar o lugar da perfeita obediência, para atuar como nossa justiça justificadora, ou procurar nossa aceitação para com Deus!

Uma apologia é realmente devida a muitos de nossos leitores, por desperdiçar seu tempo com tais puerilidades, porém lhes pedimos que amavelmente tenham paciência

para conosco. Esperamos que Deus possa agradar-Se em usar este escrito para expor um dos muitos erros graves de Darby. Porque este erro é certamente muito “grave”. Seu ensinamento de que a fé do Cristão, em vez da obediência vicária de Cristo, é imputada por justiça (Sr. W. Kelly, seu principal colaborador, escreveu “sua fé [a de Abraão] na palavra de Deus como a que ele exerceu e que lhe foi contada como justiça - ver o artigo 5) faz a Deus culpado de uma mentira absoluta, porque ele O representa como dando à fé um valor falso - o crente não tem justiça, então Deus considera a sua pobre fé como “justiça”.

“E creu ele no SENHOR, e foi-lhe imputado isto por justiça” (Gênesis 15:6). O ponto a ser decidido aqui é: foi a fé de Abraão em si mesma que foi tomada em conta como justiça (idéia horrível), ou, foi a justiça de Deus em Cristo da qual a fé de Abraão antecipadamente se apropriou? Os comentários do Apóstolo em Romanos 4:18-22 resolvem o ponto de forma decisiva. Nestes versículos Paulo enfatiza as impossibilidades naturais que se levantam no caminho do cumprimento da promessa de Deus a Abraão de uma descendência numerosa (a esterilidade tanto de seu próprio corpo como do de Sara). e sobre a confiança implícita que ele teve (apesar das dificuldades) no poder e na fidelidade de Deus de que Ele cumpriria o que prometeu. Então, quando o Apóstolo adiciona, “Pelo que isso lhe foi também imputado como justiça” (v. 22), este “pelo que isso” pode somente significar: Porque através da fé ele perdeu completamente de vista a natureza e a si mesmo, e teve em conta com indubitável segurança a suficiência do braço divino, e a certeza de seu operar”.

A fé de Abraão, querido leitor, foi nada mais e não outra coisa que a renúncia de toda virtude e força nele mesmo, e uma dependência com a confiança de uma criança em Deus pelo que Ele era capaz e estava desejoso de fazer. Longe, muito longe, estava sua fé de ser um mero substituto para uma “justiça’ da qual ele carecia. Longe, muito longe estava Deus de aceitar sua fé em lugar de uma perfeita obediência a Sua Lei. Antes, a fé de Abraão foi a ação de uma alma que encontrou sua vida, sua esperança, seu tudo no próprio Senhor. E isto é o que a fé justificadora é: “simplesmente o instrumento pelo qual Cristo e Sua justiça são recebidos para justificação. Ela é o vazio enchido com a plenitude de Cristo; a impotência apoiada sobre a força de Cristo”(J. L. Girardeau).

“A melhor obediência de minhas mãos
Não ousa se apresentar diante do Teu trono;
Porém a fé pode responder Tuas reivindicações,
Por implorar o que meu Senhor realizou”.

Qual é a relação da fé com a justificação? Os Antinomianos e os hiper-Calvinistas respondem: que é meramente uma relação de consolação ou de confiança. Sua teoria é que os eleitos foram realmente justificados antes da fundação do mundo, e tudo o que a fé agora faz é fazer manifesta a justificação em suas consciências. Este erro foi apoiado por homens como W. Gadsby, J. Irons, James Wells, J.C. Philpot. Está claro que este erro não foi originado por estes homens pelo fato de que os Puritanos já o haviam refutado em seus dias. “Pela fé somente obtemos e recebemos o perdão dos pecados; porque apesar de qualquer ato anterior de Deus concernente a nós em e por Cristo, não recebemos verdadeiramente uma completa absolvição até que creiamos” (J. Owen). “É em vão dizer que sou justificado somente com respeito ao juízo de minha própria consciência. A fé pela qual Paulo e os outros apóstolos foram justificados, foi que por seu crer em Cristo, eles poderiam ser justificados (Gálatas 2:15,16), e não uma crença

de que eles já estavam justificados; e portanto, não foi um ato de reafirmação” (T. Goodwin, vol. 8).

Como somos justificados pela fé? Havendo dado uma tríplice resposta negativa: não pela fé como uma causa unida com obras (Romanistas), não pela fé como um ato de graça em nós (Arminianos), não pela fé como a recepção do testemunho do Espírito (Antinomianos); agora damos a resposta positiva. A fé justifica somente como um instrumento que Deus estabeleceu para a apreensão e aplicação da justiça de Cristo. Quando dizemos que a fé é o “instrumento” de nossa justificação, deve entender-se claramente que não queremos dizer que a fé é o instrumento com o qual Deus justifica, mas o instrumento por meio do qual recebemos a Cristo. Cristo tem merecido a justiça para nós, e a fé em Cristo é o que faz que ante a vista de Deus a benção adquirida seja designada. A fé une com Cristo, e estando unidos com Ele somos possuidores de tudo o que está em Cristo, tanto como seja compatível com nossa capacidade de receber e a disposição de Deus para dar. Havendo sido feitos um com Cristo em espírito, Deus agora nos considera legalmente um com Ele.

Somos justificados por meio da fé, e não pela fé; não por causa do que a fé é, mas por causa do que a fé recebe. “Ela não tem eficácia por si mesma, mas como um vínculo de nossa união com Cristo. Toda a virtude de limpeza procede de Cristo, o objeto de nossa fé. Nós recebemos a água com nossas mãos, porém a virtude limpadora não está em nossas mãos, mas na água, porém a água não pode nos limpar se não a recebemos; ao recebê-la, unimos a água conosco, e é a maneira pela qual somos limpos. E por isso se observa que nossa justificação pela fé sempre é expressa em voz passiva, não na ativa: somos justificados por meio da fé, não que a fé nos justifique. A eficácia está no sangue de Cristo; a recepção dela está em nossa fé” (S. Charnock).

As Escrituras não reconhece que exista um incrédulo justificado. Não há nada meritório no crer, porém é necessário para a justificação. Não é somente a justiça de Cristo como imputada que justifica, mas também como recebida (Romanos 5:11,17). A justiça de Cristo não é minha até que eu a aceite como o dom do Pai. “O pecador crente é 'justificado pela fé' somente instrumentalmente, assim como ele 'vive por comer' só instrumentalmente. O comer é o ato pelo qual ele recebe e se apropria da comida. Estritamente falando, ele vive somente pelo pão, não pelo comer, ou pelo ato de mastigar. E, estritamente falando, o pecador é justificado somente pelo sacrifício de Cristo, não pelo ato de crer neste” (W. Shedd). Na aplicação da justificação, a fé não é um construtor, mas um espectador; não é um agente, mas um instrumento; não há nada para fazer, mas tudo para crer; nada para dar, mas tudo para receber.

Deus não selecionou a fé para ser o instrumento da justificação porque haja alguma virtude particular na fé, mas antes porque não há mérito nela: a fé é vazia em si mesma —” Portanto, é pela fé, para que seja segundo a graça” (Romanos 4:16). Um dom é considerado como tal quando não se requer ou aceita nada de quem o recebe, mas que este simplesmente o receba. Sejam quais forem as outras propriedades que a fé possa possuir, ela justifica simplesmente por receber a Cristo. Se nos fosse dito que somos justificados pelo arrependimento, pelo amor, ou por alguma outra graça espiritual, isto transmitiria a idéia de que algo bom em nós foi considerado como a causa pela qual a benção foi outorgada; porém a justificação pela fé (corretamente entendida) não transmite tal idéia.

“A fé justifica no único sentido de que ela nos introduz em uma participação da justiça de Cristo” (João Calvino). A fé justificadora é um olhar para fora de si próprio, uma renúncia de minha justiça própria, um segurar-se a Cristo. A fé justificadora consiste, primeiro, de um conhecimento e uma convicção da verdade revelada na Escritura sobre este tema; segundo, em um abandono de toda pretensão, reivindicação ou confiança em nossa justiça própria; terceiro, em uma confiança e segurança sobre a justiça de Cristo, segurando-se à benção que Ele adquiriu para nós. Isto é a aceitação e aprovação do coração do método da justificação proposto no Evangelho: por Cristo somente, procedente da pura graça de Deus, e excluindo todos méritos humanos. “Deveras no SENHOR há justiça e força” (Isaías. 45:24).

Ninguém apreciará em sua experiência a justiça de Cristo até que tenha sido experimentalmente despido pelo Espírito. Até que o Senhor não nos ponha no fogo e queime nossos imundos farrapos, e nos ponha nu diante dEle, tremendo desde a cabeça aos pés vendo a espada de Sua justiça sobre nossas cabeças, não valorizaremos verdadeiramente “a melhor roupa”. Até que não tenha sido aplicada pelo Espírito a sentença condenadora da lei sobre a consciência que faça a alma culpada gritar: “Perdido, perdido!” (Romanos 7:9, 10). Até que haja uma compreensão pessoal dos requerimentos da Lei de Deus, um profundo sentimento de nossa total inabilidade para cumprir suas justas demandas, e uma honesta compreensão de que Deus seria justo em nos banir de Sua presença para sempre, até então não é percebida pela a alma a necessidade de um precioso Cristo.

CAPÍTULO 8 - SUA EVIDÊNCIA

Em Romanos 3:28 o Apóstolo Paulo declarou: “que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei”, e então apresenta o caso de Abraão para provar suas afirmação. Porém o Apóstolo Tiago, do mesmo caso de Abraão, tira absolutamente outra conclusão, dizendo: “Vedes então que o homem é justificado pelas obras, e não somente pela fé” (Tiago 2:24). Esta é uma das “contradições da Bíblia” que os infiéis apelam em apoio de sua incredulidade. Porém o Cristão, embora encontre dificuldade para harmonizar passagens aparentemente opostas, sabe que não pode haver nenhuma contradição na Palavra de Deus. A fé tem uma inamovível certeza da inerrância das Escrituras Sagradas. A fé é humilde e ora: “O que não vejo, ensina-me tu” (Jó 34:32). Nem é preguiçosa a fé; ela estimula a seu possuidor à uma reverente examinação e à uma diligente investigação do que lhe desconcerta e deixa perplexo, buscando descobrir o tema de cada livro separadamente, o objetivo de cada escritor, as conexões de cada passagem.

Ora, o desígnio do Apóstolo Paulo em Romanos 3:28 pode ser claramente percebido por seu contexto. Ele está tratando do grande assunto da justificação de um pecador diante de Deus: ele mostra que esta não pode ser pelas obras da lei, porque pela lei todos os homens são condenados, e também porque se os homens fossem justificados sobre a base de suas próprias obras, então o orgulho não poderia ser excluído. Ele afirma positivamente que a justificação é pela graça, pela redenção que há em Cristo Jesus. Seu raciocínio se mostrará tanto mais convincente se toda a passagem (Romanos 3:19-28) for lida atentamente. Porque os Judeus tinham um grande respeito por Abraão, o Apóstolo procede a mostrar no quarto capítulo de Romanos que Abraão foi justificado daquela mesma maneira - aperte de toda obra própria, pela fé somente. Por este método de justificação, o orgulho da criatura é rebaixado, e a graça de Deus é magnificada.

Agora, o escopo do Apóstolo Tiago é muito diferente: sua Epístola foi escrita para contestar um erro totalmente diferente. Os homens caídos são criaturas de extremos: tão pronto como são tirados do falso refúgio de confiar em sua própria justiça, passam ao erro oposto e não menos perigoso de supor que, visto que eles não podem ser justificados por suas próprias obras, não há necessidade algumas de boas obras, e não existe perigo por viver impiamente nem por praticar o pecado. Está mui claro pelo próprio Novo Testamento que mui pouco depois de que o Evangelho foi livremente proclamado, surgiram muitos que converteram a graça de Deus em “dissolução”: assim, isto não somente foi rapidamente apoiado em teoria, mas em pouco tempo teve livre curso na prática. Portanto o propósito fundamental do Apóstolo Tiago foi mostrar a grande perversidade e o tremendo perigo da prática da maldade, e afirmar a necessidade imperativa das boas obras.

O Apóstolo Tiago dedicou grande parte de sua Epístola para revelar qualquer profissão de fé vazia. No seu segundo capítulo, especialmente, se dirige para aqueles que se apoiavam em uma idéia que eles chamavam “fé”, considerando que uma aceitação intelectual da verdade do Evangelho seria suficiente para sua salvação, ainda que essa não tivesse uma influência espiritual sobre seus corações, temperamentos ou conduta. O Apóstolo mostra que a esperança deles é vã, e que a “fé” deles não era nem um pouco superior a que era possuída pelos demônios. Pelo exemplo de Abraão, ele prova que a fé justificadora é uma coisa muito diferente da “fé” dos professos vazios, porque está o fez apto para executar o mais difícil e doloroso ato de obediência, até mesmo a oferta de seu

único filho sobre o altar; ato que ocorreu muitos anos depois de que havia sido justificado por Deus, e que manifestou a realidade e a natureza de sua fé.

Pelo que tem sido dito acima, seria mui evidente que a “justificação” da qual Paulo trata é totalmente diferente da “justificação” que é tratada por Tiago. A doutrina do primeiro é que nada faz aceitável a um pecador diante de Deus, exceto a fé no Senhor Jesus Cristo; a doutrina do último é que uma fé tal não permanece só, mas que é acompanhada com toda boa obra, e que onde as boas obras estão ausentes, a fé que justifica não pode existir. Tiago é insistente em que não é suficiente dizer que tenho a fé que justifica, eu devo dar prova da mesma exibindo aqueles frutos que o amor a Deus e o amor para com os homens necessariamente produzem. Paulo escreve de nossa justificação diante de Deus. Tiago de nossa justificação diante dos homens. Paulo trata da justificação de pessoas, Tiago da justificação de nossa profissão de fé. O primeiro é somente pela fé; o outro é por uma fé que obra pelo amor e produz obediência.

Ora, é de importância principal que as distinções acima mencionadas sejam claramente compreendidas. Quando os teólogos Cristãos afirmam que o pecador é justificado pela fé somente, não querem dizer que a fé existe de forma solitária na pessoa justificada, porque a fé que justifica sempre está acompanhada por todas as outras graças que o Espírito imparte em nossa regeneração; nem tampouco querem dizer que nada mais é requerido para que recebamos o perdão de Deus, porque Ele requer arrependimento e conversão assim como a fé (Atos 3:19). Não!, antes o que eles querem dizer é que nada mais há nos pecadores em si mesmos a que sua justificação é atribua nas Escrituras: nada mais é requerido deles ou existe neles que esteja na mesma relação com a justificação como o está a fé, ou que exerça alguma influência de instrumentalidade em produzir o resultado de sermos justificados (Condensado de Cunningham).

Por outro lado, aquela fé que justifica não é um princípio ocioso e inoperante, mas um que purifica o coração (Atos 15:9) e obra pelo amor (Gálatas 5:6). Esta é a fé que pode ser facilmente distinguida daquela fé mental do professante vazio. Sobre isto é que tão enfaticamente o Apóstolo Tiago insiste. O tema desta Epístola não é a salvação pela graça e a justificação pela fé, mas o exame daqueles que reivindicam ter fé. Sua intenção não é mostrar a base sobre a qual os pecadores são aceitos diante de Deus, mas fazer conhecido o que evidencia um pecador que tem sido justificado. Ele insiste em que a árvore é conhecida por seus frutos, que uma pessoa justa é uma que caminha pelas sendas da justiça. Ele declara que o homem que não é um cumpridor da Palavra, mas “somente ouvinte”, é auto-enganado, iludido. Quando Deus justifica a um homem, Ele também o santifica: as duas bênçãos são inseparáveis, nunca se encontram separadas.

A menos que o tema e o propósito da Epístola de Tiago sejam claramente vistos, a apreensão de muitas de suas afirmações podem somente resultar em um erro que desonra a Deus, que repudia Sua graça, que destrói a alma. A esta porção da Palavra de Deus, mais do que a nenhuma outra, os legalistas têm apelado em sua oposição à grande verdade da justificação pela graça, através da fé, sem obras. Eles têm se dirigido às declarações desta Epístola para achar apoio de seu erro que insulta a Cristo, que exalta o homem, que repudia o Evangelho com a justificação pelas obras humanas. Comerciantes de méritos de todas as classes citam a Tiago 2 com o propósito de deixar de lado tudo o que é ensinado em outras partes nas Escrituras sobre o tema da justificação. Os romanistas, e seus meio-irmãos, os arminianos, citam “Vedes, então, que o homem é

justificado pelas obras e não somente pela fé” (v. 24), e supõem que concluíram toda discussão.

Nos propomos agora a tomar Tiago 2:14-26 e oferecer alguns comentários sobre esta passagem. “Meus irmãos, que aproveita se alguém disser que tem fé e não tiver as obras? Porventura, a fé pode salvá-lo?” (v. 14). Observem cuidadosamente que o Apóstolo nos pergunta aqui: “Que aproveita se alguém disser que tem fé e não tiver as obras?” - semelhante suposição não é permitida em nenhuma parte pela Palavra de Deus: seria supor a impossibilidade porque onde quer que exista fé real, necessariamente se seguem as boas obras. Não, em vez disso ele pergunta: “Meus irmãos, que aproveita se alguém (não “um de vocês”!) disser que tem fé?” Professando ser um cristão quando um homem não o é, pode assegurar-se um lugar entre os homens, melhorar seu prestígio moral e social, obter membresia em uma “igreja”, e promover seus interesses comerciais; porém, pode salvar sua alma?

Não é que esses professantes vazios que se chamam a si mesmos cristãos sejam todos (ainda que muitos provavelmente sejam) hipócritas conscientes; não!, eles são almas enganadas, e a coisa trágica é que na maioria dos lugares não há nada na pregação que sirva para desenganá-los; pelo contrário, há somente os que lhes mantêm em sua ilusão. Há um grupo grande na cristandade hoje que está satisfeito com uma profissão vazia. Eles têm ouvido expor-se alguns dos princípios da fé Cristã, e têm dado um assentimento intelectual destes, e eles têm falhado naquilo que é para ser um conhecimento salvador da Verdade. As suas mentes estão instruídas, mas seus corações não estão alcançados, nem suas vidas transformadas. Eles ainda são mundanos em suas emoções e costumes. Não há uma autêntica sujeição a Deus, nem santidade no andar, nem fruto para a glória de Cristo. Sua “fé” é absolutamente de nenhum valor, sua profissão é vã.

“Meus irmãos, que aproveita se alguém disser que tem fé e não tiver as obras? Porventura, a fé pode salvá-lo?” Note-se a ênfase na palavra “disser”; percebemos imediatamente que Tiago está argumentando contra aqueles que substituíram a totalidade da religião evangélica por uma crença teórica do Evangelho, e os quais contestavam a todas as exortações e reprovações dizendo: “Nós não somos justificados por nossas obras, mas pela fé somente”. Ele portanto começa perguntando que proveito há em professar ser um crente, quando um homem está desprovido da verdadeira piedade? A resposta é, nada em absoluto. Meramente dizer que tenho fé quando sou incapaz de recorrer a alguma boa obra e frutos espirituais como a evidência dela, não beneficia nem o locutor nem àqueles que escutam o seu discurso vazio. A habilidade para falar de uma maneira ortodoxa sobre as doutrinas do Cristianismo é uma coisa imensamente diferente da fé justificadora.

“E, se o irmão ou a irmã estiverem nus e tiverem falta de mantimento cotidiano, e algum de vós lhes disser: Ide em paz, aqueantai-vos e fartai-vos; e lhes não derdes as coisas necessárias para o corpo, que proveito virá daí?” (vers. 15,16). Aqui o Apóstolo mostra por uma ilustração contrastante a inutilidade absoluta do falar formoso que não está acompanhado por atos práticos: note-se o “lhes disser: Ide em paz” etc. Qual é a utilidade e o valor de fingir ser caridoso quando são negadas as obras de amor? Nenhum em absoluto: os estômagos vazios não são enchidos com palavras benévolas, bem tampouco são vestidas cotas desnudas por bons desejos. Nem a alma é salva por uma profissão oca do Evangelho.

“A fé que opera por amor” (Gálatas 5:6). O primeiro “fruto do Espírito”, que é da nova natureza na alma regenerada, é o “amor” (Gálatas 5:22). Quando a fé tem sido de verdade produzida no coração pelo Espírito Santo, essa fé se manifesta em amor - amor para com Deus, amor para com Seus mandamentos (João 14:23), amor para com os irmãos, amor para com nossos semelhantes. Portanto provando a “fé” do professante vazio, o Apóstolo em seguida põe à prova seu amor. Mostrando a hipocrisia de seu amor, ele demonstra a falta de valor de sua “fé”. “Quem, pois, tiver bens do mundo e, vendo o seu irmão necessitado, lhe cerrar o seu coração, como estará nele a caridade de Deus?” (1 João 3:17)! O amor Genuíno é operativo; assim é a fé genuína.

“Assim também a fé, se não tiver as obras, é morta em si mesma” (Tiago 2:17). Aqui o Apóstolo aplica a ilustração que tinha empregado no caso diante dele, provando a inutilidade de uma “fé” sem vida e inoperante. Até mesmo nossos semelhantes rapidamente denunciariam como sem valor um “amor” que fosse abundante nas palavras, porém falto em obras. As pessoas não regeneradas não são enganadas por aqueles que falam benignamente ao indigente, porém que se negam a atender suas necessidades. E pensas tu, meu leitor, que o Deus onisciente será enganado por uma profissão vazia? Não tem dito Ele, “E por que me chamais Senhor, Senhor, e não fazeis o que eu digo?” (Lucas 6:46).

Aquela “fé” que é somente de lábios e não é confirmada pela evidência na vida, é inútil. Não importa quão claro e acertado possa ser meu conhecimento mental da Verdade, não importa quão bom tagarela sobre as coisas Divinas eu seja, se meu andar não é controlado pelos preceitos de Deus, então sou somente “como metal que soa ou como o sino que tine”. “A fé, se não tiver as obras, é morta em si mesma”. Não é uma fé vivente e frutífera, como a fé dos eleitos de Deus, mas uma coisa que é absolutamente sem valor - “morta”. Está “só”, isto é, separada do amor a Deus e aos homens e de cada santa emoção. Como poderia nosso santo Senhor aprovar semelhante “fé”? Como as obras sem a fé são “mortas”, (Hebreus 9:14), assim uma “fé” sem “obras” é uma fé morta.

“Mas dirá alguém: Tu tens a fé, e eu tenho as obras; mostra-me a tua fé sem as tuas obras, e eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras” (Tiago 2:18). Aqui o verdadeiro cristão desafia ao professante vazio: Você reivindica ser um crente, porém desonra o nome de Cristo por seu andar mundano, assim que não espere que os verdadeiros santos lhe considerem como um irmão até que tu mostres sua fé nas boas obras de uma vida santa. A palavra enfática neste versículo é “mostra-me” - uma prova é demandada: demonstre que sua fé é genuína. As ações falam mais forte que as palavras: a menos que nossa profissão possa suportar essa prova, ela é sem valor. Somente a verdadeira santidade de coração e vida confirma uma profissão de estar justificado pela fé.

“Tu crês que há um só Deus? Fazes bem; também os demônios o crêem e estremecem” (v. 19). Aqui o Apóstolo se antecipa a uma objeção: Eu realmente creio no Senhor! Muito bem, assim também fazem os demônios, porém qual é o fruto de seu “crer”? Influi este em seus corações e vidas, transforma sua conduta para com Deus e para com os homens? Não o faz. Então, qual é o valor de seu “crer”? “Mas, ó homem vão, queres tu saber que a fé sem as obras é morta?” (v.20): “vão” significa “vazio”, expondo a vacuidade de um que pretende ser justificado pela fé apesar da falta de evidência de um andar obediente.

“Porventura Abraão, o nosso pai, não foi justificado pelas obras, quando ofereceu sobre o altar o seu filho Isaque? Bem vêes que a fé cooperou com as suas obras e que, pelas obras, a fé foi aperfeiçoada” (vers. 21,22). A fé que repousa em Cristo não é ociosa, mas um princípio ativo e frutífero. Abraão tinha sido justificado muitos anos antes (Gênesis 15:6; a oferta de Isaque (Gênesis 22) foi o testemunho visível de sua fé e a manifestação da sinceridade de sua profissão. “Pelas obras, a fé foi aperfeiçoada” significa que, na obediência real ela alcança sua finalidade prevista, o propósito para o qual foi dada é cumprido. “Aperfeiçoada” também significa revelada ou feita conhecida (ver 2 Coríntios 10:9).

“E cumpriu-se a Escritura, que diz: E creu Abraão em Deus, e foi-lhe isso imputado como justiça, e foi chamado o amigo de Deus”. (Tiago 2:23). A “Escritura” aqui é o testemunho de Deus a Abraão em Gênesis 15:6: esse testemunho foi “cumprido” ou verificado quando Abraão deu a demonstração suprema de sua obediência a Deus. O sermos informados aqui que Abraão foi “chamado o amigo de Deus” está em uma formosa concordância com o teor de toda esta passagem, como está claro de uma comparação com João 15:14: “Vós sereis meus amigos, se fizerdes o que eu vos mando”.

“Vedes, então, que o homem é justificado pelas obras e não somente pela fé” (Tiago 2:24). No “Vedes, então” o apóstolo tira sua “conclusão” do anterior. É pelas “obras”, pelos atos de obediência absoluta ao mandado Divino, tal como Abraão fez - e não por uma mera “fé” do cérebro e lábios - que nós justificamos nossa profissão de sermos crentes, que nós demonstramos nosso direito de sermos considerados como Cristãos.

“E de igual modo Raabe, a meretriz, não foi também justificada pelas obras, quando recolheu os emissários e os despediu por outro caminho?” (v. 25). Por que trazer o caso de Raabe? Não era o exemplo de Abraão contundente e suficiente? Primeiro, porque são requeridas “duas testemunhas” para que a verdade seja “estabelecida” - comparar com Romanos 4:3,6. Segundo, porque, poderia objetar-se que o caso de Abraão era tão excepcional que este não poderia ser nenhum critério pelo qual medir a outros. Muito bem: Raabe era uma pobre Gentílica, uma pagã, uma prostituta; porém ela também foi justificada através da fé (Hebreus 11:31), e depois demonstrou sua fé pelas “obras” - recebendo aos espiões com o risco iminente de sua própria vida.

“Porque, assim como o corpo sem o espírito está morto, assim também a fé sem obras é morta” (Tiago 2:26). Aqui está a conclusão: um cadáver sem respiração e uma fé sem valor são igualmente inúteis para todos os fins da vida natural e da vida espiritual. Assim o Apóstolo tem mostrado conclusivamente a inutilidade da vestimenta da ortodoxia quando é usada por professantes sem vida. Ele expôs totalmente o erro daqueles que descansam em uma profissão vazia do Evangelho - como se esta pudesse lhes salvar, quando a disposição de suas mentes e o teor de suas vidas eram diametralmente opostas à religião santa que eles professavam. Um coração santo e um andar obediente são as evidências escriturísticas de termos sido justificados por Deus.

CAPÍTULO 9 - SEUS RESULTADOS

A justificação do crente é absoluta, completa, final. “É Deus quem justifica” (Romanos 8:33), e “Eu sei que tudo quanto Deus faz durará eternamente; nada se lhe deve acrescentar e nada se lhe deve tirar” (Eclesiastes 3:14). Tão absoluto e inexorável é este bendito fato que, em Romanos 8:30 somos informados, “E aos que justificou, a esses também glorificou”: observe que não é simplesmente uma promessa de que logo “glorificará”, mas tão seguro e certo é aquele ditoso evento, que é usado o tempo passado. “A esses também glorificou” está falando desde o ponto de vista do propósito eterno e inalterável de Deus, com respeito ao qual não há de forma alguma condicionalidade ou incerteza. Ser “glorificado” é ser conformado perfeitamente à preciosa imagem de Cristo, quando O vermos como Ele é e seremos feitos semelhantes a Ele (1 João 3:2). Porque Deus determinou isto, fala disto como já cumprido, porque Ele “chama as coisas que não são como se já fossem” (Romanos 4:17).

No que concerne ao crente, o lado penal da questão do pecado foi resolvido de uma vez por todas. Seu caso foi julgado na corte suprema, e Deus lhe justificou: em consequência disso, a decisão Divina é: “Portanto, agora, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o espírito” (Romanos 8:1). Antes essas mesmas pessoas estavam debaixo da condenação - ‘já está condenado’ (João 3:18); mas agora que seu fé lhes uniu a Cristo, não há nenhuma condenação. A dívida de seu pecado foi paga por seu grande Fiador; o registro desta tem sido “apagado” por Seu sangue purificador. “É Deus quem justifica. Quem condenará?” (Romanos 8:33,34). Quem inverterá Sua decisão? Onde está aquele tribunal superior para o qual esta causa possa ser levada? A justiça eterna pronunciou seu mandato; o juízo imutável registrou sua sentença.

É total e absolutamente impossível que a sentença do Juízo Divino possa ser regogada ou revertida. Sua sentença de justificação resulta de e descansa sobre uma completa satisfação que foi oferecida a Sua Lei, e aquela satisfação descansa no cumprimento de um compromisso de pacto. Assim é evitada eficazmente a anulação do veredicto. O Pai estipulou livrar a Seus eleitos da maldição da lei com a condição de que o Filho cumpriria as demandas da justiça contra eles. O Filho livremente obedeceu a vontade de Seu Pai: “Eis aqui, venho”. Ele foi então nascido sob a lei, cumpriu a lei e sofreu o castigo total da lei; por conseguinte Ele verá o trabalho de Sua alma e ficará satisfeito. Os raios da onipotência romperiam a Rocha dos Séculos antes de que aqueles refugiados nEle fossem trazidos de novo para debaixo da condenação.

Quão tão longe, longe da gloriosa verdade do Evangelho está o mero perdão condicional com que os Arminianos representam a Deus como dando-o àqueles que vem a Cristo - um perdão que pode ser anulado, sim, que será cancelado a menos que eles “façam sua parte” e cumpram certas estipulações! Que deformação horrível e blasfema da Verdade é esta! - um erro que deve ser resistido firmemente não importa quem o sustenha: é muito melhor ferir os sentimento de um milhão de criaturas semelhantes a nós que desagradar ao augusto Criador delas. Deus não tem feito a justificação de Seu povo depender sobre uma base tão incerta como o nosso cumprimento de certas condições. Não somente “agora nenhuma condenação há” permanecendo sobre o crente, mas nunca haverá novamente, porque “Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa o pecado” (Romanos 4:8).

A terrível sentença da lei, “Certamente morrerás”, não pode em justiça ser executada sobre o Fiador do pecador e tampouco sobre ele mesmo. Assim que por uma necessidade existente na própria natureza do governo moral, deve resultar que o pecador crente seja liberto de toda condenação, isto é, tão absolvido da mesma que é elevado sobre todo risco de castigo. Assim declarou nosso próprio Senhor, nas palavras tão simples e enfáticas para admitir nenhuma mal-entendido: “Na verdade, na verdade vos digo que quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna e não entrará em condenação, mas passou da morte para a vida” (João 5:24). Aquele, cujo trono se assenta em “justiça e juízo”, selou para sempre esta declaração, afirmando “Não te deixarei, nem te desampararei”. A espada da justiça partiria o capacete do Todo-Poderoso antes que qualquer alma Divinamente perdoada possa parecer.

Mas não somente são remitidos eternamente os pecados de todos os que verdadeiramente vêm a Cristo, mas a própria justiça do Redentor passa para eles, é posta sobre eles, para que se impute a sua conta uma obediência perfeita à lei. Esta é deles, não por promessa, mas por dom (Romanos 5:17), por uma concessão real. Não é que Deus simplesmente os trate como se eles fossem justos, eles são justos e assim são declarados por Ele. E portanto, cada alma crente pode exclamar: “Regozijar-me-ei muito no SENHOR, a minha alma se alegra no meu Deus, porque me vestiu de vestes de salvação, me cobriu com o manto de justiça, como um noivo que se adorna com atavios e como noiva que se enfeita com as suas jóias” (Isaías 61:10). Oh, que cada leitor Cristão possa ser capacitado para clara e fortemente manter-se seguro a este glorioso fato: que ele é agora verdadeiramente justo à vista de Deus, está em posse real de uma obediência que deixa satisfeita cada demanda da lei.

Esta benção indizível é concedida não somente pela admirável graça de Deus, mas é realmente requerida por sua inexorável justiça. Isto também foi estipulado e concordado no pacto no qual o Pai entrou com o Filho. Este é o motivo pelo qual o Redentor viveu aqui sobre a terra por mais de trinta anos antes de que fosse à cruz para sofrer o castigo de nossos pecados: Ele assumiu e removeu nossas responsabilidades; como uma criança, como um jovem, como um homem, Ele rendeu à Deus aquela perfeita obediência que nós Lhe devíamos. Ele “cumpriu toda justiça” (Mateus 3:15) por Seu povo, e assim como o que não conheceu pecado se fez pecado por eles, assim eles agora são feitos “justiça de Deus nEle” (2 Coríntios 5:21). E por conseguinte faz Jeová declarar: “Porque as montanhas se desviarão e os outeiros tremerão; mas a minha benignidade não se desviará de ti, e o concerto da minha paz não mudará, diz o SENHOR, que se compadece de ti” (Isaías 54:10).

Por realmente crer com uma fé que justifica, o pecador recebe ao próprio Cristo, se une a Ele, e torna-se imediatamente um heideiro de Deus e co-herdeiro com Cristo. Isto lhe dá um direito para e uma para com e um interesse nos benefícios da Sua mediação. Pela fé em Cristo ele recebeu não somente o perdão dos pecados, mas também uma herança entre todos aqueles santificados (Atos 26:18), o Espírito Santo (dado a ele) é “o penhor da nossa herança” (Efésios 1:13,14). O pecador crente pode dizer agora “no SENHOR há justiça” (Isaías 45:24). Este está “perfeito nEle” (Colossenses 2:10), porque por “uma oblação” o Salvador “aperfeiçoou para sempre os que são santificados” (Hebreus 10:14). O crente foi “aceito no Amado” (Efésios 1:6), e permanece diante do trono de Deus vestido em uma vestimenta mais excelente do que a usada pelos santos anjos.

Quão infinitamente o Evangelho transcende os pensamentos e esquemas empobrecidos dos homens! Quão imensuravelmente superior é aquela “justiça eterna” que Cristo trouxe (Daniel 9:24) àquela coisa miserável que as multidões estão buscando produzir por seus próprios esforços. Muito maior que a diferença entre a luz brilhante do sol do meio-dia e a escuridão da noite mais escura, é aquela entre essa “melhor roupa” (Lucas 15:22) que Cristo produziu para cada um dos de Seu povo e essa miserável coberta que os religiosos zelosos estão tentando tecer com os seus trapos imundos de justiça própria. Igualmente grande é a diferença entre a verdade de Deus acerca da presente e imutável permanência de Seus santos em toda a aceitabilidade de Cristo, e a perversão horrível dos Arminianos que fazem incerta a aceitação para com Deus baseada na fidelidade e perseverança do crente, que supõe que o Céu pode ser adquirido pelas obras e ações da criatura.

Não é que a alma justificada seja agora deixada só, de maneira tal que está segura de conseguir o Céu não importa como se comporte - o erro fatal do Antinomianos. Certamente que não. Deus também lhe imparte o bendito Espírito Santo, que opera dentro dela o desejo de servir, agradar, e glorificar Àquele que tem sido tão gracioso para com ela. “Porque o amor de Cristo nos constrange...para que os que vivem não vivam mais para si, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou” (2 Coríntios 5:14,15). Eles agora “segundo o homem interior, têm prazer na lei de Deus” (Romanos 7:22), e embora a carne, o mundo, e o Diabo se oponham a cada passo do caminho, ocasionando muitas tristes quedas - das quais estão arrependidos, são confessadas e abandonadas - não obstante, o Espírito Santo lhes renova dia a dia (2 Coríntios 4:16) e leva-lhes por caminhos de retidão por causa do nome de Cristo.

No último parágrafo se encontrará a resposta àqueles que objetam que a pregação da justificação pela justiça imputada de Cristo, apreendida pela fé somente, encorajará o descuido e fomentará a licenciosidade. Aqueles a quem Deus justifica não permanecem em sua condição natural, sob o domínio do pecado, mas são vivificados, habitados, e guiados pelo Espírito Santo. Como Cristo não pode ser dividido, e é recebido como Senhor para nos governar bem como Salvador para nos redimir, assim aqueles a quem Deus justifica, também santifica. Não afirmamos que todos os que recebem esta verdade bendita em suas mentes têm suas vidas transformadas por isso - certamente não; porém insistimos que onde quer que esta seja aplicada com poder ao coração, ali sempre se seguirá um andar para a glória de Deus, os frutos da justiça são produzidos para o louvor de Seu nome. Cada alma verdadeiramente justificada dirá:

“Deixai às mentes mundanas seguir o mundo,
Este não têm encanto para mim;
Eu admirei uma vez também suas futilidades,
Porém, a graça me libertou”.

É portanto o dever imprescindível daqueles que professam ter sido justificados por Deus, examinar a si mesmos diligentemente e imparcialmente, para determinar se têm ou não neles essas graças espirituais que sempre acompanham à justificação. É por nossa santificação, e ela somente, que podemos averiguar nossa justificação. Sabes tu se Cristo cumpriu a lei por você, que Sua obediência tem sido imputada a sua conta? Então, investigue seu coração e sua vida, e veja se um espírito de obediência a Ele está operando diariamente em você. A justiça da lei é cumprida somente naqueles que “não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Romanos 8:4). Deus nunca planejou

que a obediência de Seu Filho seria imputada àqueles que vivem uma vida de mundaneidade, auto-satisfação e gratificando as luxúrias da carne. Longe disso: “Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é: as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo” (2 Coríntios 5:17).

Resumindo agora os benditos resultados da justificação.

1. Os pecados dos crentes são perdoados. “Por este se vos anuncia a remissão dos pecados. E de tudo o que, pela lei de Moisés, não pudestes ser justificados, por ele é justificado todo aquele que crê” (Atos 13:38,39). Todos os pecados do crente, passados, presentes e futuros, foram postos sobre Cristo e expiados por Ele. Ainda que os pecados não possam ser realmente perdoados antes de que eles realmente sejam cometidos, não obstante, sua dívida para com a maldição da lei foi virtualmente remitida na Cruz, antes de serem realmente cometidos. Os pecados dos Cristãos envolvem somente as espitupalações governamentais de Deus nesta vida, e estes são remetidos sobre a base de um sincero arrependimento e confissão.

2. É outorgado um direito inalienável à glória eterna. Cristo adquiriu para Seu povo o prêmio da benção da lei que é a vida eterna. Portanto o Espírito Santo assegura ao Cristão que ele foi gerado “para uma herança incorruptível, incontaminável e que se não pode murchar, guardada nos céus para ele” (1 Pedro 1:4). Não somente é essa herança revervada para todos os justificados, mas todos eles são preservados para ela, como o próprio versículo seguinte declara: “que, mediante a fé, estais guardados na virtude de Deus, para a salvação já prestes para se revelar no último tempo” (v. 5) - “guardados” de cometer o pecado imperdoável, de apostatar da verdade, de ser enganados fatalmente pelo Diabo; tão “guardados” que o poder de Deus previne que nenhuma coisa os separe de Seu amor em Cristo Jesus (Romanos 8:35-38).

3. Reconciliação com o próprio Deus. “Sendo, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo...fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho” (Romanos 5:1,10). Até que os homens sejam justificados, eles estão em guerra com Deus, e Ele está contra eles, 'irado todos os dias contra o ímpio” (Salmos 7:11). É terrível, acima do que as palavras possam expressar, a condição daqueles que estão debaixo da condenação: suas mentes são inimizade contra Deus (Romanos 8:7), todos seus caminhos se opõem a Ele (Colossenses 1:21). Mas na conversão o pecador arremessa as armas de suas rebelião e se rende às justas demandas de Cristo, e por Ele é reconciliado com Deus. A reconciliação é dar um fim à contenda, é reunir àqueles em desacordo, é transformar os inimigos em amigos. Entre Deus e o justificado há paz - efeutada pelo sangue de Cristo.

4. Uma posição inalterável no favor de Deus. “Sendo, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo; pelo qual também temos entrada pela fé a esta graça, na qual estamos firmes” (Romanos 5:1,2). Marque a palavra “também”: não somente tem Cristo desviado a ira de Deus que estava sobre nós mas, em adição, Ele tem assegurado a benevolência de Deus para conosco. Antes da justificação nossa posição era uma de inexprimível desgraça, mas agora, através de Cristo, é uma de graças sem sombras. Deus agora tem nada mais que boa disposição para conosco. Deus não somente cessou de estar ofendido conosco, mas está inteiramente satisfeito conosco; não somente Ele nunca nos afligirá com castigo, mas Ele nunca cessará de

derramar Suas bênçãos sobre nós. O trono ao qual temos livre acesso não é um de juízo, mas de pura e imutável graça.

5. Reconhecimento do próprio Deus diante do universo congregado. “Mas eu vos digo que de toda palavra ociosa que os homens disserem hão de dar conta no Dia do Juízo. Porque por tuas palavras serás justificado e por tuas palavras serás condenado” (Mateus 12:36,37): sim, justificado publicamente pelo próprio Juízo! “E irão estes para o tormento eterno, mas os justos, para a vida eterna” (Mateus 25:46). Aqui será a justificação final do Cristão, sendo esta sentença declaratória da glória de Deus e da bem-aventurança eterna daqueles que têm crido.

Permita-se ser dito em conclusão que a justificação do Cristão é completa no momento que ele crê verdadeiramente em Cristo, e portanto, não há nenhum grau na justificação. O Apóstolo Paulo foi um homem verdadeiramente justificado na hora de sua conversão tanto como estava no fim de sua vida. O bebê mais débil em Cristo está completamente justificado tanto como o está o santo mais maduro. Permita-se os teólogos notarem as seguintes distinções. Os Cristãos foram justificados *decretivamente* desde toda a eternidade; *eficazmente* quando Cristo subiu de novo de entre os mortos; *realmente* quando eles creram; *sensivelmente* quando o Espírito concedeu jubilosa segurança; *manifestadamente* quando eles andam pelo caminho da obediência; *finalmente*, então, no Dia do Juízo, quando Deus sentenciosamente, e na presença de todas as coisas criadas, lhes declarará justos.

UMA BREVE BIOGRAFIA

Arthur Walkington Pink (1886-1952)

Evangelista e erudito bíblico nascido em Nottingham, Inglaterra, A. W. Pink foi dedicado a Cristo por sua mãe antes de nascer. Porém, quando jovem, afastou-se da fé de seus piedosos pais e aderiu à Teosofia (o movimento Nova Era de sua época). Entretanto, em 1908, passa por uma contundente experiência de conversão ao Evangelho e, simultaneamente, sente-se chamado para o ministério. Assim, em 1910, aos vinte e quatro anos de idade, cruza o Atlântico para entrar no Instituto Bíblico Moody, em Chicago, mas sai de lá após dois meses, para assumir uma igreja, a primeira de uma série de esforços fracassados no ministério pastoral. Em 1916, casou-se com Vera E. Russell.

Nos anos seguintes ao abandono do curso, veio a adotar uma posição teológica ardente e estritamente calvinista, após aplicar-se ao estudo do pensamento puritano. Logo estaria manejando uma prolífica pena, tornando-se professor itinerante da Bíblia em 1919, devotando, a partir de então, sua vida ao estudo e exposição do Livro Santo, que viria a ler mais de cinqüenta vezes e num ritmo de até dez capítulos por dia (!). Em 1922, deu início a uma revista mensal com o título de *Studies in Scriptures*, voltada à exposição das Escrituras e cujos artigos viriam a ser a fonte da maioria de seus trabalhos, que circulou entre cristãos de língua inglesa espalhados pelo mundo e que nunca chegou a atingir uma tiragem de mil exemplares, e que circulou até à época de sua morte; foi, sem dúvida, seu maior monumento. De 1925 a 1928, atuou na Austrália, pregando, escrevendo e pastoreando duas congregações entre 1926 e 1928, quando retornou à Inglaterra. No ano seguinte, retornava aos Estados Unidos para mais oito anos de pastoreios mal-sucedidos no Colorado, em Kentucky e na Carolina do Sul. Para alguns, a razão da fraca acolhida de seu ministério nesse campo deveu-se à personalidade excêntrica (de fato, Pink não se encaixava em qualquer lugar).

Em 1934, retornou em definitivo à sua pátria natal, fazendo residência na Ilha de Lewis (Escócia) em 1940, onde permanece em isolamento praticamente até sua morte, sem nenhuma ligação formal com qualquer denominação — posição que não deve ser defendida nem justificada. A partir de então, seu serviço no Reino de Deus passou a ser escrever dúzias de livros e mais de dois mil artigos, todavia, sem sucesso editorial.

Em sua época, Arthur Pink era praticamente desconhecido e, certamente, não era apreciado. O estudo por conta própria da Bíblia firmou-lhe a convicção de que muito do moderno evangelismo era defeituoso. Fez frente à crescente aceitação do arminianismo mesmo em tradicionais redutos calvinistas, como as igrejas batistas, levando adiante, com zelo incansável, os princípios da então abandonada literatura reformada. Para ele, o declínio espiritual da Grã-Bretanha era resultante de um “evangelho” que nem feria (com convicção de pecado) nem curava (pela regeneração).

Após o seu falecimento em 1952, porém, ele veio a ter significativa influência. Tendo suas obras republicadas por *The Banner of Truth Trust*, veio a alcançar um público muito maior como consequência (quase 178 mil exemplares vendidos apenas de *The Sovereignty of God*, por exemplo). Seu biógrafo Iain Murray observou: “A difundida circulação de seus escritos após sua morte tornou-o um dos mais influentes

autores evangélicos da segunda metade do século XX”. Familiarizado com toda a gama da verdade, Pink raramente se desviou dos grandes temas: graça, justificação e santificação. A nossa geração tem com ele uma grande dívida, pela permanência da luz que ele lançou, pela divina graça, sobre a verdade da Bíblia Sagrada. Seus escritos lançaram a faísca que deu início ao reavivamento da pregação bíblica e levaram muitos leitores a focalizarem o coração na vida de acordo com a Palavra de Deus.

Frases de A. W. Pink:

- “A tendência da moderna teologia — se se pode chamá-la de teologia — é sempre rumo à deificação da criatura ao invés da glorificação do Criador”.
- “Não perguntamos: ‘Cristo é seu Salvador’, mas: ‘É Ele, real e verdadeiramente, seu Senhor?’ Se Ele não for seu Senhor, então, com a mais absoluta certeza, Ele não é seu Salvador”.
- “O fundamento de todo verdadeiro conhecimento de Deus deve ser uma clara apreensão mental de Suas perfeições como reveladas nas Escrituras. Não se pode confiar, adorar ou servir a um Deus desconhecido”.
- “O *Deus* deste século vinte não se assemelha mais ao Soberano Supremo das Escrituras Sagradas do que a bruxuleante e fosca chama de uma vela se assemelha à glória do sol do meio-dia. O *Deus* de que se fala atualmente no púlpito comum, comentado na escola dominical em geral, mencionado na maior parte da literatura religiosa da atualidade e pregado em muitas das conferências bíblicas, assim chamadas, é uma ficção engendrada pelo homem, uma invenção do sentimentalismo piegas. Os ídólatras do lado de fora da cristandade fazem "deuses" de madeira e de pedra, enquanto que os milhões de ídólatras que existem dentro da cristandade fabricam um *Deus* extraído de suas mentes carnis. Na realidade, não passam de ateus, pois não existe alternativa possível senão a de um Deus absolutamente supremo, ou nenhum deus. Um *Deus* cuja vontade é impedida, cujos desígnios são frustrados, cujo propósito é derrotado, nada tem que se lhe permita chamar Deidade, e, longe de ser digno objeto de culto, só merece desprezo”.

Livros mais conhecidos:

- Attributes of God
- The Doctrine of Justification
- The Antichrist
- The Patience of God
- Eternal Security
- Christmas
- The Total Depravity of Man
- The Sovereignty of God
- The Christian Sabbath
- The Decrees of God
- The Atonement
- Practical Christianity
- The Doctrine of Reconciliation